



SECRETARIA DE ESTADO
DA FAZENDA DO AMAZONAS
SEFAZ-AM

MANHÃ

TÉCNICO DA FAZENDA ESTADUAL PROVA I

NÍVEL SUPERIOR TIPO 1 – BRANCA



SUA PROVA

- As questões objetivas têm cinco alternativas de resposta (A, B, C, D, E) e somente uma delas está correta;
- Além deste caderno contendo setenta questões objetivas, você receberá do fiscal de prova a folha de respostas.



TEMPO

- Você dispõe de **4 horas** para a realização da prova, já incluído o tempo para a marcação da folha de respostas;
- **3 horas** após o início da prova é possível retirar-se da sala, sem levar o caderno de prova;
- A partir dos **30 minutos** anteriores ao término da prova é possível retirar-se da sala **levando o caderno de provas**.



NÃO SERÁ PERMITIDO

- Qualquer tipo de comunicação entre os candidatos durante a aplicação da prova;
- Anotar informações relativas às respostas em qualquer outro meio que não seja o caderno de prova;
- Levantar da cadeira sem autorização do fiscal de sala;
- Usar o sanitário ao término da prova, após deixar a sala.



INFORMAÇÕES GERAIS

- Verifique se seu caderno está completo, sem repetição de questões ou falhas. Caso contrário, notifique imediatamente o fiscal da sala, para que sejam tomadas as devidas providências;
- Confira seus dados pessoais, especialmente nome, número de inscrição e documento de identidade e leia atentamente as instruções para preencher a folha de respostas;
- Use somente caneta esferográfica, fabricada em material transparente, com tinta preta ou azul;
- Assine seu nome apenas no(s) espaço(s) reservado(s);
- Confira seu cargo, cor e tipo do caderno de provas. Caso tenha recebido caderno de cargo ou cor ou tipo **diferente** do impresso em sua folha de respostas, o fiscal deve ser **obrigatoriamente** informado para o devido registro na ata da sala;
- Reserve tempo suficiente para o preenchimento da sua folha de respostas. O preenchimento é de sua responsabilidade e não será permitida a troca da folha de respostas em caso de erro;
- Para fins de avaliação, serão levadas em consideração apenas as marcações realizadas na folha de respostas e no caderno de textos definitivos;
- A FGV coletará as impressões digitais dos candidatos na lista de presença;
- Os candidatos serão submetidos ao sistema de detecção de metais quando do ingresso e da saída de sanitários durante a realização das provas;
- **Boa sorte!**

Língua Portuguesa

1

“Em certa ocasião, George Bernard Shaw (dramaturgo) enviou a Winston Churchill (primeiro ministro inglês) dois ingressos para a estreia de uma de suas peças, a ocorrer nesse mesmo dia, com a seguinte mensagem: *‘Traga um amigo, se você tiver um’*.”

Churchill respondeu com uma nota dizendo que não poderia comparecer naquela noite. *‘Mas’*, acrescentou, *‘ficarei honrado de comparecer a uma segunda apresentação, se houver uma.’*”

Sobre a significação e a estruturação desse pequeno texto, assinale a única afirmativa correta.

- (A) Trata-se de um pequeno texto descritivo de uma situação humorística.
- (B) Com a resposta, Churchill aludia ao possível fracasso da peça apresentada.
- (C) A nota de Bernard Shaw fazia uma homenagem a Churchill, que não foi bem interpretada.
- (D) O emprego de aspas simples dentro do texto marca a existência de um diálogo.
- (E) As notas dos dois personagens foram escritas em rigoroso paralelismo.

2

A frase a seguir está formulada no discurso indireto:

“Churchill respondeu com uma nota dizendo que não poderia comparecer naquela noite.”

Em discurso direto, a nota de Churchill deveria estar escrita do seguinte modo:

- (A) Não poderei comparecer esta noite.
- (B) Naquela noite não poderei comparecer.
- (C) Nesta noite não vou poder comparecer.
- (D) Não vou poder comparecer esta noite.
- (E) Essa noite não vou poder comparecer.

3

“Os piores inimigos do capitalismo não são os socialistas e os comunistas. São os capitalistas que abusam do capitalismo.”

Sobre esse fragmento, assinale a única afirmativa correta.

- (A) A tese desse pequeno texto argumentativo é a de que socialistas e comunistas são os piores inimigos do capitalismo.
- (B) O argumento principal na defesa da tese é uma constatação apoiada em estudos.
- (C) A segunda frase do texto expressa uma opinião que retifica o que foi exposto anteriormente.
- (D) A tese desse pequeno texto representa um acréscimo a uma opinião alheia.
- (E) A primeira frase atua como contra-argumentação, opondo-se a uma ideia generalizada.

4

“Empresa não é família. Aliás, não conheço nenhuma família que corte 20% dos membros quando entre em crise. Família divide o bife, põe mais água no feijão e não demite os filhos.”

A ideia básica defendida nesse texto é a de que

- (A) não se devem empregar parentes em uma empresa.
- (B) as famílias são mais fraternas que as empresas.
- (C) as famílias e as empresas têm relações diferentes entre seus componentes.
- (D) as empresas familiares são mais humanas que aquelas que se fundamentam somente em relações econômicas.
- (E) as empresas capitalistas mostram crueldade no tratamento de seus funcionários.

5

Um economista fez a seguinte observação:

“Recessão é quando você aperta o cinto. Depressão é quando você não tem cinto para apertar. Quando você perde as calças, você está no negócio das empresas aéreas.”

Em relação à estruturação ou significação desse pensamento, assinale a afirmativa correta.

- (A) A expressão metafórica “apertar o cinto” equivale a “passar fome”.
- (B) A recessão econômica é o estágio mais grave da depressão.
- (C) O terceiro período não segue a mesma linha estrutural dos dois anteriores.
- (D) O negócio das empresas aéreas se mostra em situação econômica melhor do que as que estão em depressão.
- (E) A expressão “perder as calças” não está em linguagem figurada como “apertar os cintos”.

6

O economista Mário Henrique Simonsen é autor do seguinte pensamento:

“Combater a inflação congelando preços equivale a tentar curar a febre pela destruição dos termômetros.”

Sobre esse texto de Simonsen, assinale a observação adequada.

- (A) Trata-se de uma crítica aos que seguem “receitas” clássicas sem muito critério.
- (B) Mostra uma comparação didática para esclarecer uma solução encontrada no terreno econômico.
- (C) Indica uma crítica aos que em lugar de fazer algo, preferem dizer como fazer.
- (D) Elogia aqueles que, de forma adequada, trocam os fins pelos meios.
- (E) Compara o combate à inflação à destruição dos termômetros.

7

“Um diamante é um pedaço de carvão que se saiu bem sob pressão.”

Essa frase, que faz parte de um conjunto de citações sobre “negócios”, faz referência ao(à)

- (A) método de trabalhar com pressão sobre os demais.
- (B) modificação que pode ocorrer com as pessoas.
- (C) processo real da formação de um diamante.
- (D) mudança que o trabalho pode fazer nas pessoas.
- (E) valor do trabalho para o progresso humano.

8

“Sucedem muitas vezes alcançar-se muito mais entrando pela porta do criado do que por qualquer das outras”. (Napoleão Bonaparte)

No terreno do trabalho, as palavras de Napoleão aconselham a que o empregado

- (A) comece por baixo e alcance promoções.
- (B) tenha sempre alguém influente a defendê-lo.
- (C) seja humilde no trato social.
- (D) procure ser solidário com os demais.
- (E) deixe o orgulho de lado.

9

Um restaurante tem a seguinte placa na parede:

*wi-fi ?
Só depois de meia hora
de conversa.*

Os dizeres da placa

- (A) elogiam o *status* tecnológico dos clientes.
- (B) exigem a conversa fraterna entre cliente e garçom.
- (C) criticam a falta de mútua atenção entre os clientes.
- (D) mostram o desperdício de tempo das pessoas.
- (E) exibem o nível de atendimento do restaurante.

10

Leia o texto publicitário a seguir.

“Acho que a atração pela nossa marca... deve-se à transparência das coisas que fazemos. Os investidores podem tocar, ver e sentir o produto. Você não tem que ser um técnico para descobrir a vantagem que a lingerie oferece.”

Nesse caso, a maior vantagem do produto oferecido é

- (A) a perfeição nos processos de fabricação.
- (B) a possibilidade do contato físico antes da compra.
- (C) a honestidade seguida na publicidade do produto.
- (D) o conhecimento intuitivo da qualidade do produto.
- (E) a utilização de material de qualidade superior.

Raciocínio Lógico-matemático

11

Considere as afirmativas:

- Alguns homens gostam de ler.
- Quem gosta de ler vai à livraria.

A partir dessas afirmativas é correto concluir que:

- (A) Todos os homens vão à livraria.
- (B) Mulheres não gostam de ler.
- (C) Quem vai à livraria gosta de ler.
- (D) Se um homem não vai à livraria então não gosta de ler.
- (E) Quem não gosta de ler não vai à livraria.

12

O número 10 pode ser escrito como uma soma de parcelas inteiras e maiores que zero de diversas formas. Por exemplo, $8 + 2$ e, também, $6 + 3 + 1$.

O número de maneiras em que o número 10 pode ser representado como uma soma de duas ou mais parcelas inteiras, maiores que zero e distintas, sem importar a ordem das parcelas, é

- (A) 6.
- (B) 7.
- (C) 8.
- (D) 9.
- (E) 10.

13

Em uma sala de reuniões há uma mesa circular com cadeiras em volta. Nessa sala estão Abel, Daniel e Rafael que esperam Pedro, um amigo comum. Um dos três presentes diz:

“Vamos nos sentar de forma a deixar para Pedro apenas um lugar que não tenha um de nós como vizinho.”

Para cumprir o que foi dito, o número máximo de cadeiras em volta dessa mesa deve ser

- (A) 6.
- (B) 7.
- (C) 8.
- (D) 9.
- (E) 10.

14

Sabe-se que $12 \leq x \leq 15$ e $8 \leq y \leq 10$.

É correto concluir que:

- (A) $2 \leq x - y \leq 4$.
- (B) $2 \leq x - y \leq 5$.
- (C) $2 \leq x - y \leq 7$.
- (D) $3 \leq x - y \leq 5$.
- (E) $4 \leq x - y \leq 5$.

15

Considere uma operação entre números inteiros positivos a e b , representada pelo símbolo $\#$ e definida por:

$$a\#b = 2a + b$$

Considere, agora, o conjunto M dos números inteiros x tais que $x \# 3$ seja múltiplo de 5.

É correto afirmar que, dos números a seguir, o único que pertence ao conjunto M é

- (A) 2.
- (B) 5.
- (C) 13.
- (D) 15.
- (E) 21.

16

Ângela, Bárbara e Carla marcaram de se encontrar às 18h30min. Ana foi a primeira a chegar e esperou 23 minutos até a chegada da segunda; Bárbara chegou 12 minutos antes de Carla e Carla chegou 17 minutos atrasada.

Ana chegou às

- (A) 18h07min.
- (B) 18h12min.
- (C) 18h14min.
- (D) 18h17min.
- (E) 18h23min.

Direito Constitucional

17

Maria e Joana, estudiosas do Direito Constitucional, travaram intenso debate a respeito da força normativa das normas programáticas, concluindo corretamente, ao fim, que normas dessa natureza

- (A) somente terão força normativa, produzindo algum efeito na realidade, após sua integração pela legislação infraconstitucional.
- (B) somente adquirem eficácia após sua integração pela legislação infraconstitucional, não ostentando, até então, a natureza de verdadeiras normas.
- (C) somente podem ser utilizadas, no controle de constitucionalidade, quando inexistir norma de eficácia plena que possa ser utilizada como paradigma de confronto.
- (D) a exemplo de qualquer norma de eficácia contida, não ensejam o surgimento de posições jurídicas definitivas, já que seu alcance será delineado pela legislação infraconstitucional.
- (E) possuem eficácia, mas de modo limitado, devendo direcionar a interpretação dos demais comandos da ordem jurídica, além de revogar as normas infraconstitucionais preexistentes que se mostrem incompatíveis com elas.

18

João, pessoa com deficiência, compareceu à Secretaria de Assistência Social do Município Alfa e solicitou o acesso ao seu cadastro. Ato contínuo, constatou que seus dados estavam incorretos, principalmente em relação à sua deficiência, o que o impedia de participar dos programas assistenciais existentes.

Após solicitar a retificação dos seus dados, foi surpreendido com a negativa do Diretor, sob o argumento escrito de que não estavam sendo apreciados requerimentos de pessoas não filiadas ao mesmo partido político do Prefeito Municipal. A decisão foi mantida, pelo próprio Prefeito, após a interposição do recurso hierárquico cabível.

Por entender que a decisão era manifestamente ilegal, havendo prova pré-constituída de sua existência, João consultou um(a) advogado(a) a respeito da ação constitucional passível de ser ajuizada.

O(A) advogado(a) respondeu, corretamente, que a referida ação é

- (A) o mandado de segurança ou o *habeas data*, conforme a livre escolha de João.
- (B) o mandado de segurança.
- (C) o direito de petição.
- (D) o *habeas data*.
- (E) a reclamação.

19

Maria, de nacionalidade portuguesa, tem residência permanente no Brasil há pouco mais de duas décadas. Como pretende concorrer a um cargo eletivo, procurou um(a) advogado(a) e solicitou informações a respeito dessa possibilidade.

O(A) advogado(a) respondeu corretamente que Maria, à luz da ordem constitucional, com observância das condicionantes que sejam estabelecidas em tratado internacional,

- (A) pode se alistar como eleitora, mas não concorrer a cargo eletivo.
- (B) pode concorrer a qualquer cargo eletivo, em igualdade de condições com o brasileiro nato.
- (C) pode concorrer a cargo eletivo se requerer sua naturalização de modo concomitante com o alistamento eleitoral.
- (D) não pode concorrer a cargo eletivo, pois é, peremptoriamente, vedado a qualquer estrangeiro o registro de candidatura.
- (E) pode concorrer a cargo eletivo, salvo nos casos previstos na Constituição de 1988, se houver reciprocidade em favor de brasileiros.

20

Um grupo de pessoas, com destacada vida pública e elevado prestígio social, decidiu adotar as providências necessárias para constituir um partido político e lançar candidatos nas eleições que seriam realizadas dois anos depois.

Um(a) advogado(a) informou corretamente ao grupo que, observados os demais requisitos estabelecidos pela ordem jurídica, os partidos políticos

- (A) adquirem personalidade jurídica com o registro dos seus estatutos no Tribunal Superior Eleitoral, sendo a filiação partidária uma condição de elegibilidade.
- (B) adquirem personalidade jurídica na forma da lei civil, devendo posteriormente registrar seus estatutos no Tribunal Superior Eleitoral, sendo a filiação partidária uma condição de elegibilidade.
- (C) adquirem personalidade jurídica com o registro dos seus estatutos no Tribunal Superior Eleitoral, sendo a filiação partidária condição de elegibilidade, mas não requisito para o recebimento de cotas do fundo partidário.
- (D) adquirem personalidade jurídica com o seu reconhecimento pelo Tribunal Superior Eleitoral, não sendo a filiação partidária uma condição de elegibilidade, mas requisito para o recebimento de cotas do fundo partidário.
- (E) adquirem personalidade jurídica na forma da lei civil, devendo comunicar o início de atividades ao Tribunal Superior Eleitoral, sendo admitidas candidaturas autônomas, sem filiação partidária, apenas para o Executivo.

21

Apesar da grande resistência do Prefeito Municipal, que vetara o projeto apresentado e aprovado pela totalidade dos membros da Câmara Municipal, a Lei nº XX do Município Alfa veio a ser promulgada.

Esse diploma normativo detalhou os requisitos a serem observados pela propaganda comercial veiculada no território municipal e ainda dispôs sobre as atribuições da Secretária Municipal de Ordem Pública, que também criara, na fiscalização dessa propaganda.

A Lei nº XX, do Município Alfa é

- (A) constitucional, por dispor sobre matéria de interesse local e sobre a atribuição de órgão municipal.
- (B) inconstitucional, por apresentar vício de iniciativa, embora disponha sobre matéria de interesse local.
- (C) inconstitucional por dispor sobre matéria de competência legislativa privativa da União e apresentar vício de iniciativa.
- (D) constitucional, pois os entes federativos têm competência para legislar sobre a matéria, em proteção ao consumidor, e por dispor sobre a atribuição de órgão municipal.
- (E) inconstitucional por dispor sobre matéria de competência legislativa concorrente entre a União, os Estados e o Distrito Federal, embora não apresente vício de iniciativa.

22

Para permitir a ingerência do Poder Legislativo na escolha dos titulares dos cargos que integram os órgãos de cúpula de determinadas autarquias especiais, foi aprovada a Lei federal nº XX.

De acordo com esse diploma normativo, o Senado Federal deveria aprovar previamente a escolha desses agentes, que seria realizada pelo Presidente da República.

A Lei federal nº XX é

- (A) constitucional, pois a lei ordinária pode dispor sobre os cargos cujos titulares devem ser previamente aprovados pela referida Casa Legislativa.
- (B) inconstitucional, pois somente a lei complementar pode dispor sobre os cargos cujos titulares devem ser previamente aprovados pela referida Casa Legislativa.
- (C) inconstitucional, pois, embora a lei ordinária possa dispor sobre a matéria, a competência para aprovar a escolha desses agentes é do Congresso Nacional, não de uma de suas Casas.
- (D) inconstitucional, por afronta à separação dos poderes, pois, com exceção das situações expressamente previstas na ordem constitucional, compete privativamente ao Presidente da República realizar as nomeações, sem prévia aprovação.
- (E) constitucional, pois a Lei federal nº XX tão somente reproduziu, em parte, a Constituição de 1988, já que qualquer nomeação para órgãos de cúpula da administração indireta deve ser previamente aprovada pelo Senado Federal.

23

João, Juiz de Direito, teve uma severa briga com seu vizinho, causando-lhe lesões corporais gravíssimas. Como ele já tinha preenchido os requisitos exigidos para a aposentadoria voluntária, debateu com seu(sua) advogado(a) a respeito da melhor estratégia de defesa para o futuro processo criminal, considerando as regras vigentes em relação ao foro por prerrogativa de função.

Ao final, concluíram, corretamente, que João será processado e julgado

- (A) por um Juiz de Direito.
- (B) pelo Tribunal de Justiça.
- (C) pelo Tribunal de Justiça, e, mesmo que se aposente no curso da relação processual, o processo será mantido no Tribunal.
- (D) pelo Juiz de Direito ou pelo Tribunal de Justiça, conforme deliberado por este órgão, considerando as exigências da instrução.
- (E) pelo Tribunal de Justiça, mas, caso se aposente no curso da relação processual, o processo será encaminhado a um Juiz de Direito.

24

Após sofrer uma sanção disciplinar aplicada pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), Maria, Juíza Federal, decidiu ingressar com uma ação visando à anulação da respectiva decisão, a qual, ao se ver, teria afrontado diversos direitos fundamentais.

À luz dessa narrativa, o foro competente é

- (A) um Juiz Federal, mas apenas se Maria interpuser mandado de segurança.
- (B) o Supremo Tribunal Federal, mas apenas se Maria interpuser mandado de segurança.
- (C) um Juiz Federal, qualquer que seja a ação proposta por Maria, incluindo eventual ação declaratória de nulidade ajuizada em face da União.
- (D) o Supremo Tribunal Federal, qualquer que seja a ação ajuizada por Maria, incluindo eventual ação declaratória de nulidade ajuizada em face da União.
- (E) o Superior Tribunal de Justiça, que, por imposição constitucional, deve apreciar as ações ajuizadas em detrimento das decisões disciplinares proferidas pelo CNJ.

25

Maria foi convidada para integrar a Administração Pública direta do Município Beta. Embora tenha ficado muito empolgada com o convite, já que, até então, não lograra êxito em ser aprovada em um concurso para ocupar um cargo de provimento efetivo, teve sérias dúvidas em relação ao respectivo regime previdenciário, caso viesse a desempenhar trabalho temporário ou a ocupar cargo em comissão.

Ao se inteirar sobre a temática, Maria foi corretamente informada de que estaria sujeita ao

- (A) regime próprio de previdência social, se viesse a desempenhar trabalho temporário e, ao regime geral de previdência social, caso viesse a ocupar cargo em comissão.
- (B) regime próprio de previdência social, se viesse a ocupar cargo em comissão e, ao regime geral de previdência social, caso viesse a desempenhar trabalho temporário.
- (C) regime próprio de previdência social, em ambos os casos, se o Município Beta o tivesse criado até a entrada em vigor da Emenda Constitucional nº 103/2019.
- (D) regime próprio ou geral de previdência social, conforme a opção realizada por Maria no momento da nomeação.
- (E) regime geral de previdência social, em ambos os casos, o que não poderia ser excepcionado pelo Município Beta.

26

A Lei nº XX, do Estado Alfa, foi editada com o objetivo de disseminar responsabilidade no manejo dos recursos administrativos pela população em geral, o que se devia à alarmante estatística de que 90% das irresignações eram infundadas. Para tanto, exigiu que, nos processos administrativos em que ocorresse a aplicação de multa aos administrados, a admissibilidade do recurso estava condicionada ao depósito prévio de 50% do valor da penalidade.

Irresignada com o teor da Lei nº XX, a Associação dos Comerciantes do Estado Alfa consultou um(a) advogado(a) a respeito da sua compatibilidade com a ordem constitucional, sendo-lhe respondido, corretamente, que o referido diploma normativo é

- (A) inconstitucional, pois os processos administrativos são direcionados aos atos internos da Administração Pública, não podendo resultar em penalidades aos administrados.
- (B) constitucional, caso o referido diploma normativo tenha assegurado a possibilidade de o depósito prévio ser substituído pelo arrolamento de bens.
- (C) constitucional, pois compete aos Estados legislar sobre o processo administrativo estadual e a medida se ajusta ao princípio da proporcionalidade.
- (D) inconstitucional, na medida em que o depósito prévio, nos recursos administrativos, afronta a gratuidade inerente ao direito de petição.
- (E) constitucional, pois compete ao Estado instituir taxas e outras exações tributárias pelos serviços que presta.

27

João foi condenado à pena de reclusão, em sentença penal transitada em julgado, pela prática do crime de tráfico ilícito de substâncias entorpecentes.

Em razão do longo período em que permaneceu encarcerado, ao que se somava o seu precário estado de saúde, além da divulgação de diversas ações humanitárias praticadas no decorrer da sua vida, levantou-se um grande clamor popular em prol de sua libertação.

À luz desse quadro, os familiares de João procuraram um(a) advogado(a) e o(a) questionaram sobre a possibilidade de João ser anistiado, sendo-lhes respondido corretamente que a concessão desse benefício

- (A) é ato do Congresso Nacional, com a sanção do Presidente da República, mas que não pode vir a beneficiar João.
- (B) é ato complexo, de necessária iniciativa do Presidente da República, com a aprovação do Congresso Nacional, mas que não pode vir a beneficiar João.
- (C) é ato privativo do Congresso Nacional, sem o concurso do Presidente da República, sujeito à sua livre valoração política, podendo vir a beneficiar João.
- (D) é ato privativo do Presidente da República, sem o concurso do Congresso Nacional, sujeito à sua livre valoração política, podendo vir a beneficiar João.
- (E) é ato privativo do Presidente da República, sujeito à sua livre valoração política, que pode ser suspenso pelo Congresso Nacional e pode vir a beneficiar João.

28

João, deputado federal de oposição, pretendia liderar um grupo de parlamentares para requerer a instauração de Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), no âmbito da Câmara dos Deputados. O seu objeto seria apurar “as razões conducentes ao aumento da criminalidade no Brasil”.

Uma vez instaurada a CPI, almejava decretar a quebra do sigilo bancário de diversas autoridades da área de segurança pública, além de convocá-las para prestar depoimento.

Consultada por João a respeito dos seus objetivos, sua assessoria respondeu, corretamente, que

- (A) as CPIs devem ser instauradas mediante requerimento de um terço dos membros da Casa Legislativa, carecendo de avaliação de sua pertinência pela Mesa Diretora; o objeto declinado por João pode ser perquirido no âmbito da CPI e as medidas alvitadas são lícitas.
- (B) as CPIs devem ser instauradas mediante requerimento de um terço dos membros da Casa Legislativa, não carecendo de avaliação de sua pertinência pela Mesa Diretora; o objeto declinado por João não configura fato certo e determinado e, não fosse este vício, as medidas alvitadas seriam lícitas.
- (C) as CPIs devem ser instauradas mediante requerimento de um quinto dos membros da Casa Legislativa, não carecendo de avaliação de sua pertinência pela Mesa Diretora; o objeto declinado por João pode ser perquirido no âmbito da CPI e as medidas alvitadas são lícitas.
- (D) as CPIs devem ser instauradas mediante requerimento de um quinto dos membros da Casa Legislativa, não carecendo de avaliação de sua pertinência pela Mesa Diretora; o objeto declinado por João não configura fato certo e determinado e, além desse vício, a CPI não pode quebrar sigilo bancário sem ordem judicial.
- (E) as CPIs devem ser instauradas mediante requerimento de um terço dos membros da Casa Legislativa, não carecendo de avaliação de sua pertinência pela Mesa Diretora; o objeto declinado por João não configura fato certo e determinado e, além desse vício, a CPI não pode quebrar sigilo bancário sem ordem judicial.

29

Helena, estudante de Direito Constitucional, questionou sua professora a respeito da competência recursal do Supremo Tribunal Federal, mais especificamente em relação às instâncias do Poder Judiciário passíveis de terem suas decisões impugnadas, com a interposição de recursos direcionados àquele Tribunal.

Após ressaltar que seria necessário o preenchimento de requisitos específicos e que os recursos seriam cabíveis em situações pontuais, a professora respondeu, corretamente, que, de acordo com a ordem constitucional, é admitida, em alguns casos, a interposição de recursos, para o Supremo Tribunal Federal, contra decisões proferidas

- (A) por órgãos jurisdicionais monocráticos, que atuam em primeira instância, pelos tribunais que ocupam o segundo nível do respectivo ramo da Justiça e pelos Tribunais Superiores.
- (B) apenas pelos tribunais que ocupam o segundo nível do respectivo ramo da Justiça e pelos Tribunais Superiores.
- (C) apenas por órgãos colegiados, quer atuem em primeira ou segunda instâncias, quer como Tribunais Superiores.
- (D) apenas pelos tribunais que ocupam o segundo nível do respectivo ramo da Justiça.
- (E) apenas por Tribunais Superiores.

30

O Presidente da República apresentou ao Senado Federal um projeto de Código Penal, isto em um momento em que o país se encontrava em estado de defesa, havendo grande turbulência política e social.

Considerando as dificuldades a serem enfrentadas e a necessidade da nova legislação, o Chefe do Poder Executivo requereu urgência na sua tramitação, sob pena de sobrestamento das demais deliberações legislativas caso descumpridos os prazos constitucionais.

À luz da sistemática constitucional, é correto afirmar que essa narrativa

- (A) não apresenta nenhuma irregularidade.
- (B) apresenta irregularidade apenas em relação à iniciativa da proposição.
- (C) apresenta irregularidades apenas em relação à Casa iniciadora e à urgência alvitada.
- (D) apresenta irregularidade apenas em relação às circunstâncias presentes no momento da apresentação da proposição.
- (E) apresenta irregularidades apenas em relação à Casa iniciadora e às circunstâncias presentes no momento da apresentação da proposição.

Direito Administrativo

31

João, Secretário de Fazenda do Estado Alfa, por estar sobrecarregado de trabalho, deseja delegar sua competência para José, Auditor Fiscal de Tributos Estaduais, para praticar determinado ato administrativo de competência privativa de João, que não consiste em edição de ato normativo ou decisão de recurso hierárquico.

Sabe-se que a legislação do Estado Alfa, em matéria de delegação de competência, possui o mesmo teor da legislação federal sobre processo administrativo.

Nesse contexto, a delegação pretendida por João é

- (A) lícita, diante da inexistência de vedação legal de delegação de competência para prática de ato administrativo de competência privativa do agente.
- (B) ilícita, haja vista que apenas atos administrativos enunciativos podem ser objeto de delegação, desde que atendido o interesse público.
- (C) ilícita, porque a legislação de regência veda expressamente a delegação de competência para prática de ato administrativo de competência privativa do agente.
- (D) ilícita, pois a legislação de regência veda expressamente a delegação de competência para prática de todos os atos administrativos, em razão da hierarquia vertical da administração pública.
- (E) lícita, eis que, apesar da vedação legal de delegação de competência para prática de ato administrativo de competência privativa do agente, João pode justificar o ato para atendimento ao interesse público.

32

De acordo com a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal com repercussão geral, em matéria de controle da Administração Pública, a inscrição de entes federados em cadastro de inadimplentes (ou outro que dê causa à negativa de realização de convênios, acordos, ajustes ou outros instrumentos congêneres que impliquem transferência voluntária de recursos), pressupõe o respeito aos princípios do contraditório, da ampla defesa e do devido processo legal, somente reconhecido em algumas hipóteses, como após

- (A) o julgamento de tomada de contas especial necessariamente perante o Poder Judiciário, nos casos de descumprimento parcial ou total de convênio, prestação de contas rejeitada, ou existência de débito decorrente de ressarcimento de recursos de natureza contratual (inclusive os de conta não prestada).
- (B) o trânsito em julgado de processo judicial de ação de improbidade administrativa, no bojo da qual tenha sido condenado o gestor público ordenador de despesas do ente federativo por conceder benefício administrativo ou fiscal sem a observância das formalidades legais ou regulamentares aplicáveis à espécie.
- (C) o trânsito em julgado de processo judicial de ação civil pública pela prática de atos lesivos à administração pública, com base na Lei Anticorrupção, no bojo da qual tenha sido condenado o gestor público ordenador de despesas do ente federativo por realizar operação financeira sem observância das normas legais e regulamentares ou aceitar garantia insuficiente ou inidônea.
- (D) o trânsito em julgado administrativo, perante o Tribunal de Contas competente, de processo que tenha reconhecido a existência de impropriedades em tomada de contas, desde que o atual gestor tenha sido pessoalmente notificado para sanar as ilegalidades e não tenha cumprido a decisão, no prazo de 30 (trinta) dias.
- (E) a devida notificação do ente faltoso e o decurso do prazo nela previsto (conforme constante em lei, regras infralegais ou em contrato), independentemente de tomada de contas especial, nos casos de não prestação de contas, não fornecimento de informações, débito decorrente de conta não prestada, ou quaisquer outras hipóteses em que incabível a tomada de contas especial.

33

A Assembleia Legislativa do Estado Alfa descumpriu os limites de gastos com seu pessoal. Diante disso, a União proibiu o Estado Alfa de realizar operações de crédito e de receber transferências de recursos federais, com base na Lei de Responsabilidade Fiscal.

De acordo com a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal sobre a matéria, a União agiu

- (A) corretamente, pois o ente federativo Estado Alfa (representado pelo Poder Executivo) é a pessoa jurídica de direito público interno a que pertence o Poder Legislativo estadual.
- (B) corretamente, pois o Governo do Estado (Poder Executivo), no regular exercício do controle externo, deveria ter sustado os efeitos dos atos do Legislativo que afrontaram a Lei de Responsabilidade Fiscal.
- (C) corretamente, com base nos princípios da transcendência subjetiva das sanções e da unidade institucional, pois o Governador do Estado Alfa (na qualidade de chefe do Poder Executivo) representa o Estado em nível nacional.
- (D) incorretamente, por violação ao princípio da intranscendência subjetiva das sanções, na medida em que o Governo do Estado (Poder Executivo) não tem competência para intervir na esfera orgânica do Legislativo, que dispõe de plena autonomia institucional outorgada pela Constituição.
- (E) incorretamente, por violação ao princípio da continuidade dos serviços públicos, para cuja manutenção é imprescindível a realização de operações de crédito e o recebimento de transferências de recursos federais, sob pena de colapsar as contas públicas estaduais.

34

De acordo com o texto da nova Lei de Licitações (Lei nº 14.133/2021), é dispensável a licitação para

- (A) objetos que devam ou possam ser contratados por meio de credenciamento.
- (B) aquisição ou locação de imóvel cujas características de instalações e de localização tornem necessária sua escolha.
- (C) aquisição de materiais, de equipamentos ou de gêneros ou contratação de serviços que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial exclusivos.
- (D) contratação de profissional do setor artístico, diretamente ou por meio de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública.
- (E) contratação de profissionais para compor a comissão de avaliação de critérios de técnica, quando se tratar de profissional técnico de notória especialização.

35

João, Auditor Fiscal de Tributos Estaduais do Estado do Amazonas, casado com Maria, assistente administrativo da Fazenda Estadual do mesmo ente federativo, faleceu em março de 2022 e Maria, que ainda está em atividade, pretende obter sua pensão.

Em tema de regime jurídico dos servidores públicos civis do Estado do Amazonas, de acordo com o entendimento do Supremo Tribunal Federal sobre a matéria, o teto constitucional remuneratório do funcionalismo público previsto no Art. 37, inciso XI, da Constituição Federal de 1988, incide

- (A) sobre o somatório da remuneração de Maria com a pensão de seu falecido marido João.
- (B) isoladamente sobre a remuneração de Maria e a pensão de seu falecido marido João.
- (C) isoladamente sobre a remuneração de Maria e a pensão de seu falecido marido João, mas que Maria deve escolher apenas uma das fontes de renda.
- (D) sobre o somatório da remuneração de Maria com a pensão de seu falecido marido João, apenas quando Maria se aposentar.
- (E) isoladamente sobre a remuneração de Maria e a pensão de seu falecido marido João, enquanto Maria estiver na ativa, e após sua aposentadoria não poderá acumular os proventos.

36

O Estado X, após regular licitação, celebrou com a concessionária Beta contrato de concessão para prestação do serviço público de transporte intermunicipal de passageiros. Durante a execução contratual, o poder concedente verificou uma série de irregularidades graves que estavam comprometendo a adequada prestação do serviço.

Assim, o Estado X decretou ontem a intervenção no contrato de concessão, com o fim de assegurar a adequação na prestação do serviço, bem como o fiel cumprimento das normas contratuais, regulamentares e legais pertinentes.

Inconformada, a concessionária Beta impetrou mandado de segurança, hoje, pleiteando a nulidade da intervenção, diante da inexistência de contraditório e a ampla defesa, mediante a instauração de processo administrativo prévio à intervenção.

No caso em tela, de acordo com o texto da Lei nº 8.987/95 e a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça,

- (A) não há ilegalidade, pois, declarada a intervenção, o poder concedente deverá, no prazo de trinta dias, instaurar procedimento administrativo para comprovar as causas determinantes da medida e apurar responsabilidades, assegurado o direito de ampla defesa.
- (B) não há ilegalidade, pois não há necessidade de processo administrativo antes ou depois de declarada a intervenção, haja vista que a concessionária, se assim desejar, poderá ajuizar ação ordinária, na qual, mediante ampla produção probatória, poderá questionar a intervenção judicialmente.
- (C) há ilegalidade, porque a Constituição da República de 1988 e a lei que dispõe sobre o regime de concessão da prestação de serviços públicos exigem instauração de processo administrativo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, antes do decreto da intervenção.
- (D) há ilegalidade, pois a lei que dispõe sobre o regime de concessão da prestação de serviços públicos exige instauração de processo administrativo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, antes do decreto da intervenção, que é uma modalidade de encampação.
- (E) há ilegalidade, pois a lei que dispõe sobre o regime de concessão da prestação de serviços públicos exige instauração de processo administrativo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, antes da declaração de caducidade, não havendo previsão legal para intervenção em contratos de concessão.

37

Em matéria de aplicação das sanções previstas na Lei de Improbidade Administrativa, de acordo com a atual redação da Lei nº 8.429/1992, é correto afirmar que

- (A) a sanção de perda da função pública, em relação a qualquer ato de improbidade, atinge qualquer vínculo que o agente tiver com o poder público no momento do trânsito em julgado da sentença condenatória.
- (B) na responsabilização da pessoa jurídica, não poderão ser considerados os efeitos econômicos e sociais das sanções, pois o interesse público está acima do privado de a viabilizar a manutenção de suas atividades.
- (C) se ocorrer lesão ao patrimônio público, a reparação do dano a que se refere a Lei de Improbidade não deverá deduzir o ressarcimento ocorrido nas instâncias criminal, civil e administrativa, ainda que tenha por objeto os mesmos fatos, diante do caráter sancionador da improbidade.
- (D) a multa civil pode ser aumentada até cinco vezes o valor máximo previsto para cada espécie de ato de improbidade, se o juiz considerar que, em virtude da situação econômica do réu, o valor inicialmente previsto é ineficaz para reprovação e prevenção do ato de improbidade.
- (E) em caráter excepcional e por motivos relevantes devidamente justificados, a sanção de proibição de contratação com o poder público pode extrapolar o ente público lesado pelo ato de improbidade, observados os impactos econômicos e sociais das sanções, de forma a preservar a função social da pessoa jurídica.

38

Ressalvada a ordem de polícia, em relação à possibilidade de delegação do poder de polícia, por meio de lei, as pessoas jurídicas de direito privado integrantes da Administração Pública indireta de capital social majoritariamente público, que prestem exclusivamente serviço público de atuação própria do Estado e em regime não concorrencial, o Supremo Tribunal Federal entende que é

- (A) inconstitucional, porque não integram a Administração Direta.
- (B) constitucional, inclusive no que tange à fase do ciclo de polícia de sanção de polícia.
- (C) inconstitucional, porque não ostentam personalidade jurídica de direito público.
- (D) constitucional, apenas no que tange à fase do ciclo de consentimento e fiscalização de polícia.
- (E) constitucional, apenas no que tange à fase do ciclo de polícia do consentimento de polícia, razão pela qual não podem aplicar multas.

39

Em matéria de licitações, observe que, na execução indireta de obras e serviços, são admitidos alguns regimes, como:

- I. empreitada por preço unitário;
- II. empreitada por preço global;
- III. empreitada integral.

De acordo com a nova Lei de Licitações (Lei nº 14.133/2021), assinale a opção que indica o(s) regime(s) compatível(is) com a execução indireta de obras e serviços de engenharia.

- (A) I, apenas.
- (B) II, apenas.
- (C) III, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, II e III.

40

Fernando, profissional da imprensa, foi ferido por agentes policiais durante cobertura jornalística, em manifestação em que houve tumulto e conflitos entre policiais e manifestantes.

Os policiais que atuaram no evento portavam câmeras que filmaram o tumulto, restando comprovado que Fernando descumpriu ostensiva e clara advertência sobre acesso a áreas delimitadas, em que havia grave risco à sua integridade física.

No caso em tela, de acordo com a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, aplica-se a responsabilidade civil

- (A) subjetiva do Estado, mas incide a excludente da responsabilidade da culpa exclusiva da vítima.
- (B) objetiva do Estado, mas incide a excludente da responsabilidade da culpa exclusiva da vítima.
- (C) objetiva do Estado, e não incide a excludente da responsabilidade do caso fortuito, em razão da imprevisibilidade dos danos sofridos por Fernando.
- (D) objetiva do Estado, e não incide a excludente da responsabilidade da culpa exclusiva da vítima, em razão da relevante função desempenhada pelo profissional de imprensa.
- (E) subjetiva do Estado, e não incide a excludente da responsabilidade da culpa exclusiva da vítima, em razão da relevante função desempenhada pelo profissional de imprensa.

Sistema Normativo Anticorrupção

41

João, servidor público da Secretaria de Fazenda do Estado Alfa, no exercício da função, de forma dolosa, livre e consciente, exigiu tributo que sabia indevido.

De acordo com o Código Penal, João, em tese, praticou crime de

- (A) concussão, cuja pena é de reclusão de dois a dez anos e multa.
- (B) excesso de exação, cuja pena é de reclusão de três a oito anos e multa.
- (C) emprego irregular de rendas públicas, cuja pena é de reclusão de um a quatro anos e multa.
- (D) peculato, cuja pena é de reclusão de dois a dez anos e multa.
- (E) corrupção ativa, cuja pena é de detenção de três a oito anos e multa.

42

De acordo com a chamada Lei Anticorrupção, a autoridade máxima de cada órgão ou entidade pública poderá celebrar acordo de leniência com as pessoas jurídicas responsáveis pela prática dos atos lesivos à Administração Pública previstos naquela lei que colaborem efetivamente com as investigações e o processo administrativo, desde que dessa colaboração resulte

- (A) a confissão da prática dos atos ilícitos perpetrados e a suspensão dos direitos políticos em até 14 (catorze) anos.
- (B) a identificação dos demais envolvidos na infração, quando couber, e a obtenção célere de informações e documentos que comprovem o ilícito sob apuração.
- (C) o perdimento dos bens, direitos ou valores que representem vantagem ou proveito direta ou indiretamente obtidos da infração, ressalvado o direito do lesado ou de terceiro de boa-fé, e a suspensão de suas atividades pelo prazo de até 5 (cinco) anos.
- (D) a confissão pela pessoa jurídica de sua participação no ilícito e sua cooperação plena com as investigações e o processo administrativo, comparecendo, sob suas expensas, sempre que solicitada, a todos os atos processuais, até seu encerramento e o pagamento de multa civil equivalente ao dobro do valor do dano.
- (E) a perda dos bens ou valores acrescidos ilicitamente ao patrimônio, e a proibição de contratar com o poder público ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, pelo prazo não superior a 14 (catorze) anos.

43

A Lei nº 12.850/2013 define organização criminosa e dispõe sobre a investigação criminal, os meios de obtenção da prova, infrações penais correlatas e o procedimento criminal. De acordo com o citado diploma legal, em qualquer fase da persecução penal, serão permitidos, sem prejuízo de outros já previstos em lei, alguns meios de obtenção da prova.

As opções a seguir apresentam esses meios, à exceção de uma. Assinale-a.

- (A) Acordo de colaboração premiada, que é um negócio jurídico processual e meio de obtenção de prova, que pressupõe utilidade e interesse públicos.
- (B) Acesso a registros de ligações telefônicas e telemáticas, a dados cadastrais constantes de bancos de dados públicos ou privados e a informações eleitorais ou comerciais.
- (C) Infiltração de agentes de polícia em tarefas de investigação, representada pelo delegado de polícia ou requerida pelo Ministério Público, após manifestação técnica do delegado de polícia quando solicitada no curso de inquérito policial, que será precedida de circunstanciada, motivada e sigilosa autorização judicial, que estabelecerá seus limites.
- (D) Ação controlada, que consiste em retardar a intervenção policial ou administrativa relativa à ação praticada por organização criminosa ou a ela vinculada, desde que mantida sob observação e acompanhamento, para que a medida legal se concretize no momento mais eficaz à formação de provas e obtenção de informações.
- (E) Interceptação de comunicações telefônicas e telemáticas, nos termos da legislação específica e, ainda que haja necessidade justificada de manter sigilo sobre a capacidade investigatória, é vedada ser dispensada licitação para contratação de serviços técnicos especializados, aquisição ou locação de equipamentos destinados à polícia judiciária para o rastreamento e obtenção de provas referentes a tal interceptação.

44

A sociedade empresária Alfa tem, em caráter permanente, como atividade principal, o exercício de atividades de promoção imobiliária e de compra e venda de imóveis.

Não obstante o sucesso dos negócios jurídicos que vem celebrando, a sociedade empresária Alfa praticou irregularidade no cumprimento da obrigação de identificar seus clientes e de manter cadastro atualizado, nos termos de instruções emanadas das autoridades competentes.

Assim agindo, de acordo com a Lei nº 9.613/1998, que dispõe sobre os crimes de "lavagem" ou ocultação de bens, direitos e valores, e a prevenção da utilização do sistema financeiro para os ilícitos previstos naquela Lei, a sociedade empresária Alfa

- (A) praticou crime de "lavagem" ou ocultação de bens, direitos e valores.
- (B) praticou crime de participação em organização criminosa que antecede a lavagem de dinheiro.
- (C) está sujeita à sanção de advertência, em matéria de responsabilidade administrativa.
- (D) está sujeita à sanção de multa de até cem salários mínimos, em matéria de responsabilidade civil.
- (E) está sujeita à sanção de inabilitação temporária de cinco anos, em matéria de responsabilidade administrativa.

45

Consoante dispõe a Lei nº 13.869/2019, que trata dos crimes de abuso de autoridade, é efeito não automático da condenação em relação aos crimes previstos na citada lei, condicionado à ocorrência de reincidência em crime de abuso de autoridade, devendo ser declarada, motivadamente na sentença,

- (A) a inabilitação para o exercício de cargo, mandato ou função pública, pelo período de 1 (um) a 5 (cinco) anos.
- (B) a prestação de serviços à comunidade ou a entidades públicas, pelo período de 12 (doze) a 36 (trinta e seis) meses.
- (C) a suspensão do exercício do cargo, da função ou do mandato, pelo prazo de 1 (um) a 4 (quatro) anos, com a perda dos vencimentos e das vantagens.
- (D) a perda do cargo, do mandato ou da função pública, desde que precedido de processo administrativo disciplinar conduzido pela controladoria-geral do ente público a que pertencer o agente público.
- (E) a obrigação de indenizar o dano causado pelo crime, devendo o juiz fixar na sentença o valor mínimo de vinte salários mínimos para reparação dos danos causados pela infração, independentemente dos prejuízos sofridos pelo ofendido.

46

De acordo com a Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção, promulgada no Brasil por meio do Decreto nº 5.687/2006, cada Estado Parte, em conformidade com os princípios fundamentais de seu ordenamento jurídico, adotará medidas apropriadas para promover a transparência e a obrigação de render contas na gestão da fazenda pública.

Consoante ao que dispõe o texto da citada convenção, essas medidas deverão abarcar

- (A) os sistemas eficazes e eficientes de controle interno, excluídos os de gestão de riscos.
- (B) a formulação posterior das condições de participação, incluídos critérios de seleção e regras de licitação.
- (C) o mecanismo de exame interno, excluindo um sistema eficaz de apelação, visando à celeridade.
- (D) a apresentação oportuna de informação sobre gastos e ingressos.
- (E) a aplicação de critérios subjetivos e predeterminados para a adoção de decisões sobre a contratação pública.

Direito Civil

47

Paula e Tereza, coproprietárias de um apartamento em Manaus, herdado quando do falecimento de seu pai, celebraram contrato de compra e venda do referido bem com Cristina, parcelando o valor do referido imóvel em 15 prestações mensais, as quais deveriam ser pagas mediante depósito bancário em conta indicada no título contratual ou diretamente à uma das credoras, sendo exigido a indicação da forma eleita até 5 dias antes do pagamento.

Realizados todos os procedimentos extrajudiciais cabíveis, Cristina vinha adimplindo regularmente as prestações mensais até que, ao tempo do advento da sétima prestação, procurou ambas as credoras, pois pretendia quitar todas as prestações restantes de uma só vez. Paula prontamente atendeu Cristina, ficando, inclusive grata pelo adiantamento das prestações remanescentes, enquanto Tereza não se manifestou, pois encontrava-se em viagem ao exterior. Passados 10 dias da notificação e ante o silêncio de Tereza, Cristina efetua o pagamento diretamente à Paula, recebendo a quitação plena da obrigação, assim como a devida caução de ratificação de Tereza.

Diante da situação narrada, assinale a afirmativa correta.

- (A) O pagamento realizado por Cristina é válido e eficaz, pois feito à credora de obrigação indivisível e em conformidade com a previsão contratual.
- (B) O pagamento realizado por Cristina é inválido, pois o adiantamento das prestações dependia da expressa concordância da credora Tereza.
- (C) Ainda que Cristina tenha efetuado o pagamento integral à Paula, Tereza poderá exigir dela o novo pagamento correspondente à sua quota parte, pois a quitação dada por Paula não é eficaz em relação à quota parte de Tereza.
- (D) Tereza poderá requerer perdas e danos em face de Cristina, em razão de a devedora ter alterado a forma de pagamento sem a sua anuência.
- (E) O pagamento realizado por Cristina é válido, porém ineficaz perante à credora Tereza, pois a mesma não anuiu com o adiantamento das parcelas, independente da previsão contratual.

48

Pedro e Ariel, sócios em um pequeno empreendimento no ramo de entretenimento, a *Sextou*, viram sua empresa enfrentar sérias dificuldades financeiras em razão da suspensão das atividades, em consequência da pandemia da Covid-19.

Em razão disso, deixaram de adimplir algumas obrigações contratuais, incluindo as três últimas parcelas de um contrato de empreitada que haviam celebrado com a sociedade empresária *Construir* para reforma de um espaço destinado a eventos.

Diante do inadimplemento da *Sextou*, a sociedade empresária *Construir* promove ação judicial com o intuito de receber as parcelas vencidas e não pagas da obra, que havia sido finalizada 20 dias antes da decretação da pandemia.

A sociedade empresária *Construir*, tendo conhecimento da situação financeira da *Sextou*, bem como da interrupção das atividades sem previsão de retorno, requer a instauração do incidente de desconsideração da personalidade jurídica, com o intuito de alcançar o patrimônio pessoal dos sócios para a satisfação do seu crédito.

Diante da hipótese narrada e de acordo com o disposto no Art. 50 do Código Civil, assinale a afirmativa correta.

- (A) O inadimplemento da *Sextou*, somado à suspensão das suas atividades, é causa justificadora para o deferimento do pedido de desconsideração da personalidade jurídica.
- (B) A interrupção das atividades comerciais da *Sextou* configura abuso da personalidade jurídica, ensejando a desconsideração.
- (C) O inadimplemento, por si só, não configura abuso da personalidade, não sendo causa justificadora para a desconsideração da personalidade jurídica da empresa.
- (D) As obrigações da *Sextou* serão estendidas aos sócios se ficar comprovado que ambos possuem patrimônio pessoal suficiente para arcar com tais obrigações sem comprometimento da subsistência individual e familiar.
- (E) A interrupção das atividades da *Sextou* configura desvio de finalidade, independente da demonstração do propósito de lesar os credores.

49

Guilherme Santos alienou o veículo importado da marca Porsche, modelo 911, à Adriana Martins em 20 de dezembro de 2020, tendo o valor sido integralmente pago quando da tradição, ocorrida no mesmo dia da formalização do pacto.

Em 1º de fevereiro de 2021, o veículo foi apreendido por autoridade policial em razão de ter sido furtado do seu verdadeiro proprietário, José, em outubro de 2020. Inconformada com o ocorrido e pretendendo ser ressarcida dos prejuízos sofridos, Adriana procura Guilherme, que apenas afirma não ter qualquer responsabilidade, pois o veículo havia sido devidamente entregue à Adriana na data acordada.

Diante da situação hipotética, é correto afirmar que Adriana

- (A) deverá suportar o prejuízo, pois após a tradição, Guilherme não tem mais responsabilidades sobre o contrato celebrado entre ambos.
- (B) pode demandar pela evicção, requerendo a restituição integral do preço pago, bem como indenização pelas despesas do contrato, mas arcará com eventuais custas judiciais e honorários advocatícios.
- (C) deverá suportar o prejuízo, pois o bem foi apreendido por autoridade administrativa e, sendo assim, não configura a evicção.
- (D) pode demandar pela evicção, requerendo a restituição integral do preço pago, bem como indenização pelas despesas do contrato, custas judiciais e honorários advocatícios.
- (E) deverá suportar o prejuízo, pois o contrato celebrado não previa a responsabilidade pela evicção.

50

Com relação à vigência das leis, nos termos estabelecidos pelo Decreto-Lei nº 4657 de 1942, analise as afirmativas a seguir e assinale (V) para a verdadeira e (F) para a falsa.

- () a lei começa a vigorar em todo o país quarenta e cinco dias depois de oficialmente publicada, salvo se a própria lei estabelecer termo diverso.
- () A lei nova, que estabeleça disposições especiais a par das já existentes, modifica a lei anterior.
- () Se, antes de entrar a lei em vigor, ocorrer nova publicação de seu texto, destinada a simples correção, o prazo para início da sua vigência continua a ser contado da publicação original.

As afirmativas são, na ordem apresentada, respectivamente,

- (A) V – F – V.
- (B) V – V – V.
- (C) V – F – F.
- (D) F – V – F.
- (E) F – F – V.

51

Com relação à disciplina jurídica da responsabilidade civil no Código Civil, analise os itens a seguir.

- I. O fato gerador da obrigação de indenizar é ato ilícito, de sorte que não haverá obrigação de indenizar se não for comprovado o ato ilícito.
- II. O fato gerador da obrigação de indenizar é ato ilícito, porém o ordenamento jurídico admite hipóteses de obrigação de indenizar decorrente de ato lícito.
- III. O fato gerador da obrigação de indenizar é o ato ilícito, que pode ser compreendido como conduta humana voluntária e antijurídica

Está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) I e II, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, II e III.

52

Anderson da Rocha, motorista particular de Tereza Cristina, após avançar o semáforo, abalrou o veículo de Pedro Cruz. Anderson prontamente esclareceu que se responsabilizaria por todos os danos e prejuízos ocasionados. Na oportunidade, ainda explicou a Pedro Cruz, que estava com muita pressa, pois estava atrasado para encontrar Tereza Cristina, sua empregadora, no clube.

Pedro Cruz, alguns dias após o acidente, entrou em contato com Anderson da Rocha, informando os valores do tratamento médico-hospitalar, o orçamento do conserto do veículo e pedindo um valor a título de danos morais como compensação pelas lesões corporais sofridas. Anderson da Rocha responde que, infelizmente, não tem como arcar com os valores indicados e que, lembrando o dia do acidente, tem certeza de que não foi o culpado, não devendo, portanto, indenizar.

Diante da situação hipotética narrada, analise os itens a seguir.

- I. Tereza Cristina e Anderson da Rocha respondem objetivamente pelos danos causados a Pedro Cruz.
- II. Tereza Cristina, na condição de empregadora de Anderson da Rocha, responderá objetivamente pelos danos por ele causados a Pedro Cruz, uma vez demonstrada a culpa de Anderson da Rocha.
- III. Tereza Cristina, na condição de empregadora de Anderson da Rocha, independentemente da culpa do seu empregado, responderá objetivamente pelos danos por ele causados a Pedro Cruz.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) II, apenas.
- (C) III, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, II e III.

53

João da Silva, solteiro, plenamente capaz, com o intuito de angariar parceiros comerciais para um novo empreendimento, celebrou contrato de mandato com Mário, solteiro, estudante de 17 anos, outorgando-o poderes para representá-lo na negociação e aquisição de insumos para a sua atividade empresária, junto aos potenciais fornecedores indicados pelo próprio João da Silva.

A outorga de poderes foi formalizada por instrumento particular, contendo a indicação do lugar onde foi passado, a qualificação do outorgante e do outorgado, a data e o objetivo da outorga com a designação e a extensão dos poderes conferidos.

Fato seguinte, Mário, em conformidade com os poderes a ele conferidos, celebra contrato de fornecimento de determinada mercadoria com a sociedade empresária ABC pelo prazo de 12 meses, informando, imediatamente ao mandante sobre o contrato celebrado.

Diante da situação narrada, assinale a afirmativa correta.

- (A) O contrato de mandato celebrado entre João da Silva e Mário é inválido, pois Mário é relativamente incapaz.
- (B) O contrato celebrado entre Mário e a sociedade empresária ABC é válido, porém só obrigará João da Silva se comprovado que Mário atuou com a assistência de seu representante legal.
- (C) O contrato de mandato celebrado entre João da Silva e Mário é válido, porém o contrato celebrado entre Mário e a sociedade empresária ABC é inválido, visto a incapacidade relativa de Mário.
- (D) O contrato de mandato celebrado entre João da Silva e Mário não foi aperfeiçoado, pois Mário nunca aceitou expressamente o mandato.
- (E) O contrato celebrado entre Mário e a sociedade empresária ABC é válido e obriga João da Silva nos exatos termos dos poderes conferidos por ele à Mário.

54

Carol e Clarice, maiores e capazes, celebraram entre si contrato de empréstimo em dinheiro, pelo qual Carol emprestou quantia certa à Clarice em 20/01/2022 e Clarice se obrigou a restituir o valor em 20/03 do mesmo ano. Foi acordado que o empréstimo seria gratuito em razão da amizade de longa data entre as duas.

No entanto, poucos dias após o aperfeiçoamento do contrato e a entrega do valor à Clarice, Carol descobre que a suposta amiga mantinha um relacionamento secreto com o seu cônjuge, Alexandre, com quem mantinha matrimônio segundo o regime da separação total de bens. Transtornada com a situação, Carol rompe sua amizade com Clarice e rompe a sociedade conjugal com Alexandre, inclusive com a propositura de ação de divórcio.

Com o advento do termo, Alice não efetuou o pagamento à Carol. Fato seguinte, Carol, representada por um(a) advogado(a), devidamente constituído para esse fim, exigiu o pagamento da quantia devida, tendo como resposta a entrega de um documento de quitação assinado por Alexandre.

Diante dos fatos hipoteticamente narrados, é correto afirmar que

- (A) o pagamento efetuado por Clarice é válido e eficaz, posto ter sido realizado a quem de direito representava a credora Carol.
- (B) diante das circunstâncias, o pagamento efetuado por Clarice é válido, pois Alexandre é qualificado como credor putativo.
- (C) o pagamento efetuado por Clarice a Alexandre é inválido, pois o pagamento foi efetuado após a ruptura da relação matrimonial com a credora e, sendo assim, ele perdeu sua qualidade de representante da credora.
- (D) o pagamento efetuado por Clarice a Alexandre é inválido pois, independentemente da ruptura da relação conjugal, um cônjuge não é representante do outro cônjuge, salvo se houver outorga de poderes para tal.
- (E) o pagamento é válido, pois o crédito foi constituído na constância da relação conjugal e, conseqüentemente, Alexandre seria credor solidário.

Direito Empresarial

55

A companhia fechada *Careiro da Várzea Fertilizantes S/A*, por meio de seu conselho de administração, aprovou o contrato de consórcio formada pela companhia com cinco outras sociedades, liderado pela *Tratores Audazes S/A*.

O documento de constituição do consórcio, dentre outras estipulações, definiu as obrigações e responsabilidade de cada sociedade consorciada, das prestações específicas para a realização do empreendimento comum, sem solidariedade entre elas.

Um dos acionistas de Careiro da Várzea Fertilizantes S/A suscitou a ilegalidade da deliberação por faltar competência ao Conselho de Administração para a aprovação do contrato, diante da omissão do estatuto social.

Considerados estes fatos, assinale a afirmativa correta.

- (A) O acionista tem razão porque a competência para aprovar o contrato de consórcio, nas companhias fechadas, é da Assembleia Geral e, nas companhias abertas, é do Conselho de Administração.
- (B) O acionista não tem razão porque o Conselho de Administração é competente para aprovar o contrato de consórcio haja vista que esse contrato não cria uma nova pessoa jurídica.
- (C) O acionista tem razão quanto à ilegalidade, porém o argumento correto é a dispensa de aprovação do contrato de consórcio por qualquer órgão da sociedade anônima.
- (D) O acionista não tem razão porque o Conselho de Administração é competente para aprovar o contrato, pois cabe a ele autorizar a alienação de bens do ativo não circulante, diante da omissão do estatuto.
- (E) O acionista tem razão porque o Conselho de Administração invadiu a competência privativa da Assembleia Geral, que deve, em qualquer sociedade anônima, deliberar sobre a aprovação do contrato de consórcio.

56

Gabriel Tefé e Paulo de Olivença são sócios minoritários da sociedade *Hotelaria Maués Ltda.*, possuindo, juntos, 23% (vinte e três por cento) do capital social. A sócia Isabel Amarutá é titular de quotas que representam o restante do capital.

Em reunião com a presença de todos os sócios foi aprovada, com o voto contrário de Gabriel Tefé e Paulo de Olivença, a inserção no contrato de cláusula estabelecendo a dissolução da sociedade em caso de falecimento ou incapacidade da sócia Isabel Amarutá.

Você foi consultado(a) sobre a validade da deliberação quanto ao quórum obtido e quanto à cláusula de dissolução.

Assinale a opção que indica a resposta correta à consulta.

- (A) A deliberação não foi regular quanto ao quórum, eis que a deliberação deveria ter sido aprovada pela unanimidade dos sócios; já quanto a inserção da cláusula houve legalidade, porque o contrato pode prever outras causas de dissolução.
- (B) A deliberação foi regular apenas quanto ao quórum, eis que superou 3/4 (três quartos) do capital social; já em relação à inserção da cláusula inserida houve ilegalidade, porque a sociedade limitada somente se dissolve pelas causas legais ou de pleno direito.
- (C) A deliberação foi regular tanto quanto ao quórum, eis que superou $\frac{3}{4}$ (três quartos) do capital social, como em relação à cláusula inserida, porque o contrato pode prever outras causas de dissolução.
- (D) A deliberação não foi regular nem quanto ao quórum, eis que não foi atingido o mínimo de 4/5 (quatro quintos) do capital social, nem em relação à cláusula inserida, porque o falecimento da sócia acarretaria a resolução da sociedade em relação a ela e não sua dissolução.
- (E) A deliberação foi regular quanto ao quórum, eis que esse superou a maioria absoluta do capital social; em relação à inserção da cláusula houve ilegalidade, porque seu teor fere o princípio da preservação da empresa, privilegiando a dissolução em detrimento da resolução da sociedade.

57

Em observância a dispositivos constitucionais que determinam a concessão de tratamento diferenciado e favorecido às microempresas e empresas de pequeno porte, foi promulgada a Lei Complementar nº 123, em 2006. Este diploma legal contém normas que disciplinam tal tratamento especial no que se refere à apuração e ao recolhimento dos impostos e das contribuições da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, mediante regime único de arrecadação, inclusive obrigações acessórias – o Simples Nacional.

No que se refere às Obrigações Fiscais Acessórias previstas na Lei Complementar nº 123, analise as afirmativas a seguir.

- I. As microempresas e empresas de pequeno porte optantes pelo Simples Nacional são obrigadas a manter em boa ordem e guarda os documentos que fundamentaram a apuração dos impostos e das contribuições devidos.
- II. O microempreendedor individual (MEI) deverá comprovar a receita bruta mediante apresentação do registro de vendas ou de prestação de serviços, na forma estabelecida pelo Comitê Gestor do Simples Nacional (CGSN).
- III. As microempresas e as empresas de pequeno porte optantes pelo Simples Nacional deverão manter o livro-caixa em que será escriturada sua movimentação financeira e bancária.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) II, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, II e III.

58

A concessionária de veículos *Boca do Acre Ltda.*, de modalidade unipessoal, foi constituída no dia 7 de março de 2022 por Eva Figueiredo, sendo o documento de constituição assinado no mesmo dia. Não obstante, a instituidora da sociedade somente encaminhou o documento para arquivamento na Junta Comercial no dia 5 de abril de 2022. O documento foi arquivado no dia 7 de mesmo mês.

Entre a data da assinatura do documento e a do seu arquivamento, Eva, na condição de administradora, empregou o nome empresarial da sociedade em negócios jurídicos necessários para seu funcionamento regular.

Considerados estes dados, assinale a afirmativa correta.

- (A) Como o documento de constituição da sociedade foi apresentado à Junta Comercial dentro de 30 (trinta) dias contados de sua assinatura, com efeito retroativo, não houve irregularidade nos negócios realizados nem no emprego do nome empresarial.
- (B) Como o documento de constituição da sociedade foi apresentado à Junta Comercial além dos 15 (quinze) dias contados de sua assinatura, não haverá efeito retroativo, de modo que houve irregularidade nos negócios realizados e no emprego do nome empresarial.
- (C) Como o documento de constituição da sociedade foi apresentado ao órgão incompetente para proceder ao arquivamento, a sociedade será reputada em comum ou irregular e Eva responderá ilimitadamente pelos negócios que praticou pela sociedade.
- (D) Como o documento de constituição da sociedade foi apresentado à Junta Comercial dentro de 60 (sessenta) dias contados de sua assinatura, a sociedade adquiriu personalidade jurídica, mas Eva não poderia ter celebrado nenhum negócio antes do arquivamento, de modo que os atos por ela praticados são irregulares.
- (E) Como o documento de constituição da sociedade foi assinado apenas por Eva, não poderia ter sido arquivado por faltar a pluralidade de sócios, verificando-se uma irregularidade que torna a sociedade em comum, sem personalidade jurídica, e Eva responderá ilimitadamente pelos negócios que praticou pela sociedade.

59

No dia 9 de setembro de 2021, o empresário individual Ramsés Borba alienou para Silves Modas Ltda. o estabelecimento empresarial situado em Itacoatiara, sendo o contrato referente ao negócio jurídico arquivado na Junta Comercial do Estado do Amazonas, no dia 11 de setembro de 2021, e publicado, na imprensa oficial, no dia 30 de setembro do mesmo ano.

Dentre os credores do alienante, cujos créditos estão regularmente contabilizados, destacam-se Fiação Anori Ltda. e Cooperativa do Vale do Solimões. O crédito da Fiação Anori Ltda. em face de Ramsés Borba, no valor de R\$ 15.500,00 (quinze mil e quinhentos reais) já estava vencido na data da alienação do estabelecimento e o crédito da Cooperativa do Vale do Solimões, no valor de R\$ 19.000,00 (dezenove mil reais), terá vencimento no dia 31 de agosto de 2022.

Considerando a solidariedade legal entre o adquirente do estabelecimento e o alienante em relação ao pagamento dos débitos anteriores à transferência, assinale a afirmativa correta.

- (A) Ramsés Borba permanece responsável pelo pagamento perante Fiação Anori Ltda. pelo prazo de 6 (seis) meses, a contar de 30 de setembro de 2021, e pelo prazo de 1 (um) ano, a contar também de 30 de setembro de 2021, perante a Cooperativa do Vale do Solimões;
- (B) Ramsés Borba permanece responsável pelo pagamento perante Fiação Anori Ltda. pelo prazo de 6 (seis) meses, a contar de 11 de setembro de 2021 e pelo prazo de 1 (um) ano, a contar de 31 de agosto de 2022, perante a Cooperativa do Vale do Solimões;
- (C) Ramsés Borba permanece responsável pelo pagamento perante Fiação Anori Ltda. pelo prazo de 1 (um) ano, a contar de 9 de setembro de 2021, e pelo prazo de 6 (seis) meses, a contar de 30 de setembro de 2021, perante a Cooperativa do Vale do Solimões;
- (D) Ramsés Borba permanece responsável pelo pagamento perante Fiação Anori Ltda. pelo prazo de 1 (um) ano, a contar de 30 de setembro de 2021, e também pelo prazo de 1 (um) ano, a contar de 31 de agosto de 2022, perante a Cooperativa do Vale do Solimões;
- (E) Ramsés Borba permanece responsável pelo pagamento perante Fiação Anori Ltda. pelo prazo de 6 (seis) meses, a contar de 31 de agosto de 2022, e também pelo prazo de 6 (seis) meses, a contar de 11 de setembro de 2021, perante a Cooperativa do Vale do Solimões.

60

A sociedade empresária pode sofrer alterações em sua estrutura, desde a simples mudança do tipo, chegando até mesmo a ser extinta pela versão total ou parcial do patrimônio em outra(s) sociedades(s).

Das operações de reorganização societária apresentadas a seguir, assinale a opção que apresenta aquelas em que **não** há possibilidade de criação de sociedade nova ao final da operação.

- (A) Fusão, incorporação e cisão.
- (B) Transformação e incorporação.
- (C) Fusão e incorporação.
- (D) Transformação e cisão.
- (E) Transformação, fusão e cisão.

61

Quando um documento é submetido ao Registro Público de Empresas Mercantis e Atividades Afins, a cargo das Juntas Comerciais, antes de ser arquivado, é preciso analisar sua conformidade com as prescrições legais e administrativas. Para tanto, o processo decisório pode ser realizado por decisão colegiada ou por decisão singular.

Sobre este tema, assinale a afirmativa correta.

- (A) O processo decisório colegiado é realizado pelo Presidente da Junta Comercial em conjunto com os 7 (sete) vogais mais antigos e o secretário-geral da Junta Comercial.
- (B) A análise das atas de assembleias ordinárias e extraordinárias de sociedades por ações para fins de arquivamento está sujeita ao regime de decisão colegiada.
- (C) Os atos sujeitos ao regime de decisão singular, como o ato de constituição de uma sociedade limitada, competem ao vogal mais antigo ou a um servidor da Junta Comercial, designados pelo Plenário.
- (D) Os pedidos de arquivamento sujeitos ao regime de decisão colegiada serão decididos no prazo de 72 (setenta e duas) horas; aqueles sujeitos ao regime de decisão singular serão decididos no prazo de 24 (vinte e quatro) horas.
- (E) O arquivamento dos atos referentes à fusão de duas ou mais sociedades limitadas sujeita-se ao regime de decisão colegiada.

62

Benjamin Barcelos constituiu uma sociedade limitada unipessoal em Santa Isabel do Rio Negro para exploração de uma oficina mecânica. Com o sucesso do negócio, o instituidor da sociedade adquiriu vários imóveis e bens de valor para seu uso particular e de amigos. Tais bens, originariamente, integravam seu patrimônio particular. Em razão de dívidas com terceiros, que se avolumaram em pouco tempo, Benjamin Barcelos transferiu quase todos seus bens particulares para o patrimônio da sociedade, de modo que eventuais execuções ou cumprimentos de sentença fossem frustrados. A situação descrita revela caso passível de aplicação da desconsideração inversa da personalidade jurídica.

Sobre esse instituto, analise as afirmativas a seguir.

- I. A desconsideração inversa da personalidade jurídica consiste na extensão dos efeitos de determinadas obrigações aos bens do sócio ou instituidor da pessoa jurídica para garantir o cumprimento de obrigações da pessoa jurídica.
- II. É possível a desconsideração inversa da personalidade jurídica mediante incidente processual cabível em todas as fases do processo de conhecimento, no cumprimento de sentença ou na execução fundada em título executivo extrajudicial.
- III. A desconsideração inversa da personalidade jurídica não tem previsão legal, sendo criação jurisprudencial com base nos ensinamentos da doutrina e nas disposições do Código Civil sobre desconsideração da personalidade jurídica.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) II, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, II e III.

Direito Penal

63

A Lei nº 4.729/1965 criminalizava a sonegação fiscal, cominando pena de detenção de 6 (seis) meses a 2 (dois) anos, além de multa de duas a cinco vezes o valor do tributo. Essa Lei veio a ser revogada pela Lei nº 8.137/1990, cujo Art. 1º aumentou a pena para 2 (dois) a 5 (cinco) anos de reclusão e multa.

Em relação à essa mudança legislativa, assinale a afirmativa correta.

- (A) O Art. 1º da Lei nº 8.137/1990 não pode ser aplicado às condutas praticadas antes da sua vigência.
- (B) O Art. 1º da Lei nº 8.137/1990 pode ser aplicado às condutas praticadas antes da sua vigência.
- (C) O Art. 1º da Lei nº 8.137/1990 pode ou não ser aplicado às condutas praticadas antes da sua vigência, a critério do Juiz.
- (D) O Art. 1º da Lei nº 8.137/1990, por ser lei penal excepcional, embora decorrido o período de sua duração ou cessadas as circunstâncias que a determinaram, aplica-se aos fatos praticados durante sua vigência.
- (E) O Art. 1º da Lei nº 8.137/1990, por ser lei penal temporária, embora decorrido o período de sua duração ou cessadas as circunstâncias que a determinaram, aplica-se aos fatos praticados durante sua vigência.

64

Desdêmona é empresária e foi denunciada por sonegação de ICMS devido pela sua empresa, por não ter escriturado regularmente notas fiscais referentes às vendas feitas para determinado cliente. O valor total do ICMS sonegado é de R\$ 9.000,00 (nove mil reais). A procuradoria fazendária daquele Estado da Federação não ajuizou ação de execução fiscal, pois esse valor sonegado fica aquém do patamar legal mínimo para tanto.

Nessa hipótese, é correto afirmar que a conduta de Desdêmona é

- (A) típica.
- (B) atípica por erro de tipo.
- (C) atípica pela insignificância.
- (D) atípica pela adequação social.
- (E) atípica pois é autolesiva.

65

Em relação aos crimes contra a ordem tributária tipificados nos artigos 1º e 2º da Lei nº 8.137/1990, é correto afirmar que o contribuinte pode ser punido

- (A) só se ele quiser o resultado da supressão ou de redução do tributo.
- (B) só se ele assumir o risco de produzir o resultado da supressão ou de redução do tributo.
- (C) se ele quiser ou assumir o risco de produzir o resultado da supressão ou de redução do tributo.
- (D) só se ele der causa ao resultado por impudência, negligência ou imperícia.
- (E) se ele, de qualquer forma, der causa ao resultado da supressão ou redução do tributo, independentemente da sua vontade.

66

Tiago foi denunciado pelo Ministério Público pelos crimes de falsificação de documento particular (Art. 298 do Código Penal) e estelionato (Art. 171 do Código Penal), em concurso material (Art. 69 do Código Penal), por ter protocolizado pedido de restituição e declaração de compensação de tributos junto à Administração Fazendária, buscando auferir saldo de compensação de créditos inexistentes, cujo valor seria superior àquele dos débitos de sua empresa.

Nesse caso, com relação ao crime de falsificação de documento particular imputado, é correto afirmar que

- (A) trata-se de um crime autônomo que é sempre punível.
- (B) trata-se de um crime-fim que é sempre punível.
- (C) trata-se de um crime-meio que é sempre punível.
- (D) trata-se de um crime-meio, que é punível se o crime-fim também o for.
- (E) trata-se de um crime-meio, que é punível se ele não se exaurir no crime-fim, não sendo por este absorvido.

67

João dos Santos é empresário e suprimiu contribuição previdenciária, ao omitir receitas auferidas e demais fatos geradores de contribuições sociais previdenciárias nos documentos comerciais e tributários da sua empresa.

É correto afirmar que essa conduta caracteriza crime de

- (A) apropriação indébita previdenciária.
- (B) sonegação de contribuição previdenciária.
- (C) crime contra a ordem tributária.
- (D) descaminho.
- (E) falsificação de documento público.

68

Antônio teve auto de infração lavrado em seu desfavor pela omissão do recolhimento de tributo, por ter prestado declarações falsas sobre seus rendimentos tributáveis às autoridades fazendárias, na sua declaração anual de ajuste do Imposto sobre a Renda – Pessoa Física. Nesse mesmo ensejo, foi confeccionada representação fiscal para fins penais, que veio a ser apensada ao precitado auto de infração.

Antônio interpôs recurso administrativo dessa autuação, ora pendente de julgamento.

A esse respeito, assinale a afirmativa correta.

- (A) Antônio pode ser denunciado pelo Ministério Público a qualquer tempo.
- (B) Antônio pode ser denunciado pelo Ministério Público só quando este receber a representação fiscal para fins penais.
- (C) Antônio pode ser denunciado pelo Ministério Público só quando houver lançamento definitivo do tributo.
- (D) Antônio pode ser denunciado pelo Ministério Público mesmo se os tributos e acessórios forem pagos.
- (E) Antônio pode ser denunciado pelo Ministério Público mesmo se o crédito tributário for extinto por decisão judicial.

69

Túlio é Auditor Fiscal estadual e responde a uma ação de improbidade administrativa ajuizada em 2020, por ter concorrido culposamente para a conduta de colega que se apropriou de bens apreendidos, cuja posse ele detinha em razão do seu cargo.

Com as mudanças feitas na Lei de Improbidade Administrativa (Lei nº 8.429/1992) pela Lei nº 14.230/2021, assinale a afirmativa correta.

- (A) Túlio estará sujeito a sanções administrativas mais graves.
- (B) Túlio estará sujeito a sanções administrativas mais brandas.
- (C) Túlio continuará respondendo pelo ato culposo de improbidade administrativa.
- (D) Túlio passará a responder por ato doloso de improbidade administrativa.
- (E) Túlio não poderá ser responsabilizado por ato culposo de improbidade administrativa.

70

Em relação à infração administrativa fiscal, assinale a afirmativa correta.

- (A) Toda infração administrativa fiscal implica necessariamente prática de crime contra a Ordem Tributária.
- (B) A infração administrativa fiscal sempre decorre do descumprimento de obrigação tributária principal.
- (C) A infração administrativa fiscal não pode decorrer de responsabilidade objetiva do contribuinte.
- (D) A infração administrativa fiscal sempre decorre do descumprimento de obrigação tributária acessória.
- (E) Todo crime contra a Ordem Tributária implica necessariamente prática de infração administrativa fiscal.

Realização



PCI Concursos



SECRETARIA DE ESTADO
DA FAZENDA DO AMAZONAS
SEFAZ-AM

TARDE

TÉCNICO DA FAZENDA ESTADUAL PROVA II

NÍVEL SUPERIOR TIPO 1 – BRANCA



SUA PROVA

- As questões objetivas têm cinco alternativas de resposta (A, B, C, D, E) e somente uma delas está correta;
- Além deste caderno contendo setenta questões objetivas, você receberá do fiscal de prova a folha de respostas.



TEMPO

- Você dispõe de **4 horas** para a realização da prova, já incluído o tempo para a marcação da folha de respostas;
- **3 horas** após o início da prova é possível retirar-se da sala, sem levar o caderno de prova;
- A partir dos **30 minutos** anteriores ao término da prova é possível retirar-se da sala **levando o caderno de provas**.



NÃO SERÁ PERMITIDO

- Qualquer tipo de comunicação entre os candidatos durante a aplicação da prova;
- Anotar informações relativas às respostas em qualquer outro meio que não seja o caderno de prova;
- Levantar da cadeira sem autorização do fiscal de sala;
- Usar o sanitário ao término da prova, após deixar a sala.



INFORMAÇÕES GERAIS

- Verifique se seu caderno está completo, sem repetição de questões ou falhas. Caso contrário, notifique imediatamente o fiscal da sala, para que sejam tomadas as devidas providências;
- Confira seus dados pessoais, especialmente nome, número de inscrição e documento de identidade e leia atentamente as instruções para preencher a folha de respostas;
- Use somente caneta esferográfica, fabricada em material transparente, com tinta preta ou azul;
- Assine seu nome apenas no(s) espaço(s) reservado(s);
- Confira seu cargo, cor e tipo do caderno de provas. Caso tenha recebido caderno de cargo ou cor ou tipo **diferente** do impresso em sua folha de respostas, o fiscal deve ser **obrigatoriamente** informado para o devido registro na ata da sala;
- Reserve tempo suficiente para o preenchimento da sua folha de respostas. O preenchimento é de sua responsabilidade e não será permitida a troca da folha de respostas em caso de erro;
- Para fins de avaliação, serão levadas em consideração apenas as marcações realizadas na folha de respostas e no caderno de textos definitivos;
- A FGV coletará as impressões digitais dos candidatos na lista de presença;
- Os candidatos serão submetidos ao sistema de detecção de metais quando do ingresso e da saída de sanitários durante a realização das provas;
- **Boa sorte!**

Contabilidade Geral

1

De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 00 (R2) - Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro, muitos investidores, credores por empréstimos e outros credores, existentes e potenciais, não podem exigir que as entidades forneçam informações diretamente a eles, sendo, portanto, os principais usuários aos quais se destinam relatórios financeiros para fins gerais.

Nesse sentido, em relação aos relatórios financeiros para fins gerais, de acordo com o Pronunciamento, assinale a afirmativa correta.

- (A) Destinam-se a apresentar o valor da entidade que reportam.
 (B) Baseiam -se em representações exatas e precisas do que se propõem a apresentar.
 (C) São completos, de modo que os usuários não precisam considerar informações de outras fontes.
 (D) Incluem informações adicionais que são úteis a um subconjunto específico de principais usuários.
 (E) Não são do interesse da administração da entidade que reporta, uma vez que esta obtém, internamente, as informações financeiras de que precisa.

2

Uma sociedade empresária apresentava o seguinte balanço patrimonial, em 31/12/X0.

Ativo Circulante	102.000	Passivo Circulante	8.000
Caixa	50.000	Salários a pagar	8.000
Estoques	20.000	Passivo não Circulante	30.000
Despesas antecipadas	12.000	Empréstimos	30.000
Clientes	20.000		
Ativo não Circulante	42.000	Patrimônio Líquido	106.000
Realizável a Longo Prazo	20.000	Capital Social	100.000
Despesas antecipadas	12.000	Reserva de Lucros	6.000
Imobilizado			
Veículos	50.000		
Depreciação Acumulada -	20.000		
Ativo Total	144.000	Passivo + PL	144.000

As despesas antecipadas dizem respeito ao aluguel de uma sala comercial durante o ano e abrangem o período de doze meses.

Os veículos têm vida útil estimada em 5 anos e valor residual zero.

Em janeiro de X1, aconteceram os seguintes eventos:

- Pagamento dos salários do período anterior;
- Recebimento do saldo com clientes;
- Venda de todo o estoque por R\$50.000, sendo metade à vista e metade com recebimento em 60 dias. A inadimplência é estimada em 3%;
- Reconhecimento de despesas gerais, no valor de R\$5.000;
- Reconhecimento da despesa de depreciação e do aluguel.

Assinale a opção que indica o lucro antes do imposto sobre a renda e da contribuição social da sociedade empresária, em 31/01/X1.

- (A) R\$12.167.
 (B) R\$22.417.
 (C) R\$22.750.
 (D) R\$23.167.
 (E) R\$23.500.

3

Uma sociedade empresária que presta serviços de auditoria possui um terreno que é mantido para valorização de capital a longo prazo.

Em relação à mensuração do terreno no balanço patrimonial da sociedade empresária, ela deve

- (A) usar o método do custo.
 (B) usar o método do valor justo.
 (C) usar o método do custo de reposição
 (D) escolher entre o método do valor justo e o método do custo.
 (E) escolher entre o método do valor justo e o método do valor presente.

4

Uma sociedade empresária, que prestava serviços de consultoria, apresentava o seguinte balanço patrimonial, em 31/12/X0:

Ativo Circulante	100.000		
Caixa	100.000		
Ativo não Circulante	34.000	Patrimônio Líquido	134.000
Realizável a Longo Prazo		Capital Social	200.000
IR Diferido- Crédito Fiscal	34.000	Prejuízos Acumulados	- 66.000
Ativo Total	134.000	Passivo + PL	134.000

Neste ano, o prejuízo fiscal foi de R\$100.000.

No ano de X1, aconteceram os seguintes fatos:

- Reconhecimento de receitas: R\$500.000;
- Reconhecimento dos custos: R\$200.000;
- Reconhecimento de despesas gerais tributáveis: R\$100.000;
- Reconhecimento de provisão para contingências: R\$50.000.

Assinale a opção que indica o lucro líquido na Demonstração do Resultado do Exercício da sociedade empresária, em 31/12/X1, considerando alíquota de imposto sobre a renda e contribuição social de 34%.

- (A) R\$59.400.
 (B) R\$76.560.
 (C) R\$85.536.
 (D) R\$88.902.
 (E) R\$99.000.

5

Em 01/01/X0, uma sociedade empresária contrai um empréstimo bancário de longo prazo no valor de R\$100.000. Pelo empréstimo, ela reconhece e paga juros trimestrais de R\$10.000.

Na elaboração de sua Demonstração dos Fluxos de Caixa, os contadores da sociedade empresária optam por não seguir o encorajamento do Pronunciamento Técnico CPC 03 (02) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, evidenciando o fato em nota explicativa.

Assinale a opção que indica o impacto gerado na Demonstração dos Fluxos de Caixa da sociedade empresária, em 31/12/X0.

- (A) Aumento de R\$60.000 na atividade operacional.
 (B) Aumento de R\$60.000 na atividade de investimento.
 (C) Aumento de R\$60.000 na atividade de financiamento.
 (D) Aumento de R\$100.000 na atividade de financiamento e diminuição de R\$40.000 na atividade operacional.
 (E) Aumento de R\$100.000 na atividade de investimento e diminuição de R\$40.000 na atividade operacional.

6

Uma sociedade empresária apresenta o seguinte balanço patrimonial, em 31/12/X0.

Ativo Circulante	130.000	Passivo Circulante	12.000
Caixa	90.000	Dividendos a pagar	12.000
Estoques	40.000		
Ativo não Circulante	50.000	Patrimônio Líquido	168.000
Ativo Realizável a Longo Prazo		Capital Social	140.000
Investimentos- LP	50.000	Reserva de Lucros	28.000
Ativo Total	180.000	Passivo + PL	180.000

O investimento rende juros de R\$12.000 ao ano.

No ano de X0 aconteceram os seguintes fatos:

- Pagamento dos dividendos que estavam no passivo.
- Venda de todo o estoque por R\$160.000 à vista.
- Reconhecimento e pagamento de despesa de salários no valor de R\$54.000, sendo R\$20.000 a empregados próprios e, R\$34.000, para mão de obra terceirizada.
- Reconhecimento e pagamento de despesas de aluguel de sala comercial utilizada no ano, no valor de R\$36.000.
- Reconhecimento da receita de juros do investimento.
- Reconhecimento do imposto sobre a renda com base na alíquota de 24% do lucro antes do imposto sobre a renda.
- Distribuição de 25% do lucro líquido a título de dividendos.

Os contadores elaboraram a Demonstração do Valor Adicionado do seguinte modo:

Distribuição do Valor Adicionado	%
Pessoal	(A)
Impostos, taxas e contribuições	(B)
Remuneração de capital de terceiros	(C)
Remuneração de capitais próprios	(D)

Com base nas informações acima, assinale a opção que indica o preenchimento correto da tabela de A a D, considerando que não há diferença entre o tratamento contábil e o tributável.

- (A) 16,67%; 8,40%; 38,33%; 36,60%.
 (B) 18,18%; 9,16%; 32,73%; 39,93%.
 (C) 18,52%; 9,33%; 42,56%; 29,56%.
 (D) 20,41%; 10,29%; 36,73%; 32,57%.
 (E) 23,24%; 11,71%; 41,83%; 23,22%.

7

De acordo com a modificação trazida pela Lei nº 11.941/2009 à Lei nº 6.404/1976, no balanço patrimonial, as aplicações em instrumentos financeiros e em direitos e títulos de crédito, classificados no ativo circulante ou no ativo realizável, a longo prazo, são avaliadas pelo seu valor justo no seguinte caso:

- (A) são aplicações destinadas à negociação ou disponíveis para venda.
 (B) são aplicações relevantes para a entidade.
 (C) dizem respeito a créditos com sociedades controladas.
 (D) representam investimentos em bancos de primeira linha.
 (E) dizem respeito a vendas a crédito com empresas no exterior.

8

Em 01/12/X0, uma sociedade empresária adquiriu ações de emissão própria para mantê-las em tesouraria por R\$100.000. Na aquisição, incorreu em custos de transação de R\$15.000.

Assinale a opção que indica a contabilização da aquisição pela sociedade empresária.

- (A) D- Capital Social: R\$115.000;
 C- Ações em tesouraria: R\$115.000.
 (B) D- Ações em tesouraria: R\$115.000;
 C- Caixa: R\$115.000.
 (C) D- Despesas: R\$115.000;
 C- Capital Social: R\$115.000.
 (D) D- Ações em tesouraria: R\$100.000;
 D- Despesas: R\$15.000;
 C- Caixa: R\$115.000.
 (E) D- Despesas: R\$15.000;
 D- Capital Social: R\$100.000;
 C- Caixa: R\$15.000;
 C- Ações em tesouraria: R\$100.000.

9

Uma sociedade empresária, que presta serviços de consultoria, apresentou os seguintes saldos em sua Demonstração do Resultado do Exercício, em 31/12/X0:

- Receita de serviços: R\$500.000;
- Descontos concedidos: R\$15.000;
- Abatimentos: R\$10.000;
- Juros auferidos: R\$50.000;
- Prêmio de resgate de debêntures: R\$16.000;
- Receita com equivalência patrimonial: R\$20.000;
- Receita de títulos vinculados ao mercado aberto: R\$21.000;
- Custo dos Serviços Prestados: R\$200.000;
- Despesas gerais: R\$80.000;
- Comissões e despesas bancárias: R\$8.000; e
- Variações monetárias das obrigações: R\$18.000.

Assinale a opção que indica o resultado financeiro da sociedade empresária, em 31/12/X0.

- (A) R\$9.000.
 (B) R\$32.000.
 (C) R\$38.000.
 (D) R\$46.000.
 (E) R\$54.000.

10

Uma sociedade empresária, que trabalha com a revenda de mercadorias, está localizada em um país onde a inflação é de 30% ao ano.

Em 01/01/X1, seu estoque, que era avaliado pelo método PEPS (primeiro que entra, primeiro que sai), passou a ser avaliado pelo custo médio ponderado móvel.

Ao refazer suas demonstrações contábeis referentes ao ano de X0 pelo método do Custo Médio, em comparação ao método PEPS, e considerando que o custo de compra do produto segue a inflação do país, foi constatado que

- (A) o lucro bruto era maior.
 (B) o lucro líquido era maior.
 (C) a receita de vendas era maior.
 (D) o custo das mercadorias vendidas era menor.
 (E) a despesa com imposto sobre a renda e com contribuição social era menor.

11

De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis, a entidade deve divulgar suas demonstrações contábeis, quando não forem elaboradas de acordo com o seguinte pressuposto:

- (A) continuidade.
- (B) neutralidade.
- (C) conservadorismo.
- (D) essência sobre a forma.
- (E) regime de competência.

12

Uma entidade adquire mercadorias para revenda no valor de R\$50.000 à vista. A alíquota incidente do ICMS é de 18%.

Assinale a opção que indica os lançamentos contábeis na entidade, no momento da compra.

- (A) D – Estoque: R\$50.000.
C - ICMS a recuperar: R\$9.000.
C – Caixa: R\$41.000.
- (B) D – Estoque: R\$50.000.
D - ICMS a recuperar: R\$9.000.
C - ICMS a pagar: R\$9.000.
C – Caixa: R\$50.000.
- (C) D – Estoque: R\$50.000.
D - ICMS a recuperar: R\$9.000.
C – Caixa: R\$59.000.
- (D) D – Estoque: R\$41.000.
D - ICMS a recuperar: R\$9.000.
C – Caixa: R\$50.000.
- (E) D – Estoque: R\$41.000.
C - ICMS a pagar: R\$9.000.
C – Caixa: R\$32.000.

Contabilidade Aplicada ao Setor Público

13

De acordo com a NBC TSP Estrutura Conceitual - Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Informação Contábil de Propósito Geral pelas Entidades do Setor Público, os usuários dos relatórios contábeis de Propósito Geral das Entidades do Setor Público precisam de informações para subsidiar as avaliações das seguintes questões, **à exceção de uma**. Assinale-a.

- (A) Se a entidade prestou seus serviços à sociedade de maneira eficiente e eficaz.
- (B) Se a qualidade da prestação de serviços, frente às outras entidades do setor público, mantém sua qualidade.
- (C) Se a capacidade da entidade para prestar serviços melhorou ou piorou em comparação com exercícios anteriores.
- (D) Se os recursos atualmente disponíveis para gastos futuros são suficientes e até que ponto há restrições para a utilização desses recursos.
- (E) Se a carga tributária que recai sobre os contribuintes em períodos futuros para pagar por serviços correntes tem mudado.

14

De acordo com a NBC TSP Estrutura Conceitual- Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Informação Contábil de Propósito Geral pelas Entidades do Setor Público, entre as bases de mensuração para os passivos, assinale a opção que indica o montante que a entidade racionalmente aceitaria na troca pela assunção do passivo existente.

- (A) Custo histórico.
- (B) Valor de mercado.
- (C) Preço presumido.
- (D) Custo de liberação.
- (E) Custo de cumprimento da obrigação.

15

O candidato a prefeito em um município divulga, no momento de campanha, que pretende construir novos hospitais no município ao custo de R\$500.000, no ano de sua posse.

O candidato foi efetivamente eleito.

Assinale a opção que indica a contabilização do montante pelo município.

- (A) Passivo, no momento de campanha.
- (B) Passivo, no momento da posse.
- (C) Despesa, no momento de campanha.
- (D) Despesa, no momento da posse.
- (E) Não deve haver contabilização.

16

Em relação à divulgação das demonstrações contábeis por uma entidade do setor público, de acordo com a NBC T SP 11 - Apresentação das Demonstrações Contábeis, assinale a afirmativa correta.

- (A) As demonstrações contábeis devem ser apresentadas pelo menos trimestralmente.
- (B) A entidade deixa de divulgar as demonstrações contábeis dentro do prazo, devido à complexidade das operações.
- (C) A entidade deve estar pronta para divulgar suas demonstrações contábeis em até quatro meses a partir da data-base das demonstrações contábeis.
- (D) A entidade, em circunstâncias excepcionais, pode ser solicitada a alterar a data-base de apresentação, para alinhar o período contábil ao ciclo orçamentário.
- (E) A utilidade das demonstrações contábeis é tamanha, que permanece mesmo quando essas não são disponibilizadas aos usuários dentro de período razoável, após a data-base.

17

De acordo com a NBC TSP 11 - Apresentação das Demonstrações Contábeis, a apresentação de ativos e passivos no balanço patrimonial das instituições financeiras proporciona informação fidedigna e mais relevante do que a apresentação como circulante e não circulante, se adotado o seguinte critério:

- (A) ordem crescente ou decrescente de liquidez.
- (B) ordem crescente ou decrescente de magnitude.
- (C) grau de familiaridade da entidade credora ou devedora.
- (D) ordem de reconhecimento dos respectivos ativos e passivos.
- (E) grau de relacionamento com os ativos e passivos não financeiros.

18

De acordo com o MCASP, a Demonstração dos Fluxos de Caixa evidencia as alterações de caixa e equivalentes de caixa verificadas no exercício de referência.

Assinale a opção que indica quando há geração de caixa proveniente da atividade de financiamento.

- (A) Caixa recebido decorrente de operações descontinuadas.
- (B) Pagamentos em caixa por arrendatário para redução do passivo relativo a arrendamento mercantil financeiro.
- (C) Recebimentos de caixa por liquidação de adiantamentos ou amortização de empréstimos concedidos a terceiros, quando a entidade não é instituição financeira pública.
- (D) Caixa recebido proveniente da emissão de debêntures, empréstimos contraídos, notas promissórias, títulos e valores, hipotecas e outros empréstimos contraídos de curto e de longo prazos.
- (E) Recebimentos de caixa provenientes da venda de instrumentos patrimoniais ou instrumentos de dívida de outras entidades e participações em empreendimentos controlados em conjunto.

19

De acordo com o MCASP, o Plano de Contas aplicado ao Setor Público (PCASP) representa uma das maiores conquistas da contabilidade aplicada ao setor público.

Em relação às inovações proporcionadas pelo PCASP, analise os itens a seguir.

- I. A segregação das informações orçamentárias e patrimoniais.
- II. O registro dos fatos que afetam o patrimônio público segundo o regime de caixa.
- III. O registro de procedimentos contábeis gerais em observância às normas internacionais.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, somente.
- (B) I e II, somente.
- (C) I e III, somente.
- (D) II e III, somente.
- (E) I, II e III.

20

O Plano de Contas aplicado ao Setor Público (PCASP) é dividido em oito classes, sendo as contas contábeis classificadas segundo a natureza das informações.

Nesse sentido, a natureza de informação de controle corresponde às seguintes classes:

- (A) controle devedores e controle credores.
- (B) controles internos e controles externos.
- (C) controles ativos e controles passivos.
- (D) controle da aprovação e controle da execução.
- (E) controle de variações diminutivas e controles de variações aumentativas.

21

De acordo com a NBC TSP 13 - Apresentação de Informação Orçamentária nas Demonstrações Contábeis, quando as demonstrações contábeis e o orçamento não são elaborados em base comparável, e o regime de competência é adotado para o orçamento, os valores realizados apresentados em base comparável ao orçamento devem ser conciliados aos valores realizados apresentados nas demonstrações contábeis, identificando separadamente qualquer regime, periodicidade e diferença entre as entidades.

Assinale a opção que os indica.

- (A) As receitas totais e as despesas totais, apenas.
- (B) As receitas totais, as despesas totais, os ativos e os passivos, apenas.
- (C) Os fluxos de caixa líquidos das atividades operacionais, de investimento e de financiamento, apenas.
- (D) Os ativos e os passivos e os fluxos de caixa líquidos das atividades operacionais, de investimento e de financiamento, apenas.
- (E) As receitas totais, as despesas totais e os fluxos de caixa líquidos das atividades operacionais, de investimento e de financiamento, apenas.

22

De acordo com a NBC T 16.11 – Sistema de Informação de Custos do Setor Público, denomina-se objeto de custo a unidade que se deseja mensurar e avaliar os custos.

Os principais objetos de custos são identificados a partir de informações dos subsistemas

- (A) orçamentário e monetário.
- (B) orçamentário e patrimonial.
- (C) monetário e patrimonial.
- (D) financeiro e econômico.
- (E) econômico e patrimonial.

Administração Financeira e Orçamentária

23

A aplicação de políticas econômico-financeiras a fim de ajustar o controle da inflação, melhorar o nível de emprego e promover o crescimento econômico, mediante instrumentos de política monetária, cambial e fiscal ou outras medidas capazes de aumentar ou diminuir o nível da demanda agregada, é denominada função

- (A) social.
- (B) alocativa.
- (C) igualitária.
- (D) distributiva.
- (E) estabilizadora.

24

Assinale a opção que indica um objetivo direto da função distributiva do Governo.

- (A) Combate de desequilíbrios sociais e regionais.
- (B) Correção dos efeitos negativos de externalidades.
- (C) Correção de imperfeições no sistema de mercado.
- (D) Oferecimento de bens e serviços públicos eficientes.
- (E) Criação de condições para que bens privados sejam oferecidos no mercado pelos produtores.

25

Em relação ao Orçamento-Programa, assinale a afirmativa correta.

- (A) Representa o elo entre o orçamento e a sua execução.
- (B) A sua estrutura está voltada para os aspectos financeiros.
- (C) Considera, em sua elaboração, apenas os custos dos programas que não extrapolam o exercício.
- (D) O controle visa a avaliação da eficiência, da eficácia e da efetividade das ações governamentais.
- (E) As decisões orçamentárias são tomadas com base nos exercícios anteriores.

26

De acordo com a Lei nº 4.320/1964, a Lei do Orçamento conterà a discriminação da receita e da despesa de modo a evidenciar a política econômica- financeira e o programa de trabalho do Governo, obedecidos os seguintes princípios:

- (A) clareza, equilíbrio e anualidade.
- (B) universalidade, publicidade e clareza.
- (C) unidade, universalidade e anualidade.
- (D) exclusividade, unidade e orçamento bruto.
- (E) equilíbrio, exclusividade e orçamento bruto.

27

De acordo com a Lei nº 4320/1964, as cotas de receitas, que uma entidade pública deve transferir a outra, serão incluídas no orçamento da entidade obrigada à transferência e no orçamento da entidade que deverá receber, respectivamente, como

- (A) perda e ganho.
- (B) ativo e passivo.
- (C) despesa e receita.
- (D) ativo e patrimônio líquido.
- (E) crédito e débito com terceiros.

28

Em relação à Lei nº 4320/1964, assinale a afirmativa correta.

- (A) As receitas nele recolhidas e as despesas nele legalmente liquidadas pertencem ao exercício financeiro.
- (B) A importância de despesa anulada no exercício reverte à dotação, e quando a anulação ocorrer após o encerramento do exercício será considerada receita do ano em que se efetivar.
- (C) Os créditos da Fazenda Pública, de natureza tributária ou não tributária, serão escriturados como receita do exercício em que forem liquidadas.
- (D) O valor do crédito da Fazenda Nacional em moeda estrangeira é convertido ao correspondente valor na moeda nacional à taxa cambial oficial do último dia do exercício financeiro.
- (E) A receita da dívida ativa não inclui os valores que correspondem à atualização monetária, à multa e juros de mora e aos encargos.

29

De acordo com a Lei nº 4320/1964, é vedado aos Municípios empenhar, no último mês do mandato do Prefeito, mais do que o duodécimo da despesa prevista no orçamento vigente e, também, assumir compromissos financeiros para execução depois do término do mandato do Prefeito.

Essas disposições **não** se aplicam

- (A) para atender o setor da saúde.
- (B) em casos comprovados de calamidade pública.
- (C) para promover ações relacionadas a políticas públicas.
- (D) em necessidade de recomposição salarial de funcionários.
- (E) para atender aos custos diretos essenciais para a organização das eleições.

30

Em relação aos orçamentos contidos na Lei Orçamentária, analise as afirmativas a seguir.

- I. O orçamento fiscal referente aos Poderes da União, seus fundos, órgãos e entidades da administração direta e indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público.
- II. O orçamento de investimento das empresas em que a União, direta ou indiretamente, detém a maioria do capital social com direito a voto.
- III. O orçamento da Seguridade Social abrangendo todas as entidades e órgãos a ela vinculados, da administração direta ou indireta, bem como os fundos e fundações instituídos e mantidos pelo Poder Público.

De acordo com a Constituição Federal de 1988, a lei orçamentária anual compreenderá o que se afirma em

- (A) I, somente.
- (B) I e II, somente.
- (C) I e III, somente.
- (D) II e III, somente.
- (E) I, II e III.

31

Em relação ao Plano Plurianual, assinale a afirmativa correta.

- (A) Tem vigência de três anos e passa a vigorar a partir do primeiro ano do mandato presidencial.
- (B) Tem vigência de três anos e passa a vigorar a partir do segundo ano do mandato presidencial.
- (C) Tem vigência de quatro anos e coincide com o mandato presidencial.
- (D) Tem vigência de quatro anos e passa a vigorar a partir do segundo ano do mandato presidencial.
- (E) Tem vigência de quatro anos e passa a vigorar no último ano do mandato presidencial.

32

Assinale a opção que indica o vínculo entre a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA).

- (A) A LDO fornece diretrizes para a elaboração da LOA.
- (B) A LOA fornece diretrizes para a elaboração da LDO.
- (C) Ambas são elaboradas pelo Plano Plurianual.
- (D) São elaboradas de forma simultânea, tendo o mesmo prazo de envio.
- (E) Não há vínculo entre elas.

33

De acordo com a Lei Complementar nº 101/2000, o projeto de lei orçamentária anual, elaborado de forma compatível com o plano plurianual, com a lei de diretrizes orçamentárias e com as normas da Lei Complementar irá conter reserva de contingência, cuja forma de utilização e montante, definido com base na receita corrente líquida, serão estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias, destinada à(ao)

- (A) compensação da redução da receita realizada.
- (B) compra de ativos não prevista no Orçamento.
- (C) compensação de resultados deficitários e à constituição de crédito fiscal.
- (D) atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos.
- (E) retenção de superávit do período para preservação do patrimônio líquido da entidade.

34

De acordo com a Lei Complementar Estadual nº 175/2017, as receitas do Poder Executivo serão arrecadadas exclusivamente por via bancária e serão obrigatoriamente recolhidas à Conta Única do Tesouro Estadual.

Entende-se por receita qualquer ingresso que tenha sido decorrente, produzido ou realizado, direta ou indiretamente, pelos órgãos competentes, e que tenha caráter

- (A) originário ou derivado, ordinário e de natureza orçamentária, apenas.
- (B) originário, ordinário e de natureza orçamentária ou extraorçamentária, apenas.
- (C) originário ou derivado, ordinário ou extraordinário e de natureza orçamentária, apenas.
- (D) originário ou derivado, ordinário ou extraordinário e de natureza extraorçamentária, apenas.
- (E) originário ou derivado, ordinário ou extraordinário e de natureza orçamentária ou extraorçamentária.

Análise de Dados

35

Com relação às características de dados abertos, analise as afirmativas a seguir.

- I. *Reuso e redistribuição*: os dados precisam estar disponíveis integralmente, devendo estar em um formato conveniente e modificável e sob custo não maior que um custo razoável de reprodução.
- II. *Disponibilidade e acesso*: os dados precisam ser fornecidos em condições de reuso e redistribuição, podendo ser recombinaados com outros dados.
- III. *Participação universal*: todos os usuários podem usar, reusar e redistribuir o dado sem restrições de áreas de atuação, pessoas ou grupos.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) II, apenas.
- (C) III, apenas.
- (D) I e II, apenas.
- (E) II e III, apenas.

36

O *Power BI* da Microsoft é uma coleção de serviços de *software*, aplicativos e conectores que trabalham em conjunto para transformar fontes de dados não relacionadas em informações coerentes, visualmente envolventes e mais interativas.

O elemento do *Power BI* que cria relatórios paginados, é denominado

- (A) *Power BI Service*.
- (B) *Power BI Desktop*.
- (C) *Power BI Report Maker*.
- (D) *Power BI Report Builder*.
- (E) *Power BI Reporting Manager*.

37

A estrutura de dados usada em índices multiníveis dinâmicos em banco de dados relacionais, que garantem que tais estruturas sempre estejam balanceadas e que o espaço desperdiçado pela exclusão de itens de dados, se houver, nunca se torne excessivo, é denominada

- (A) fila.
- (B) *hash*.
- (C) *bitmap*.
- (D) árvore B.
- (E) árvore binária.

38

Os *data warehouses* existem para facilitar que analista e tomadores de decisão executem as consultas complexas e ocasionais, fazendo uso intensivo de dados por meio de processamento OLAP.

A operação analítica que se caracteriza por analisar dados em níveis de agregação progressivamente mais detalhados e de menor granularidade, é denominada

- (A) *pivot*.
- (B) *roll-up*.
- (C) *drill-down*.
- (D) *drill-across*.
- (E) *slice and disse*.

39

Leia o fragmento a seguir.

“CRISP-DM é um modelo de referência não proprietário, neutro, documentado e disponível na Internet, sendo amplamente utilizado para descrever o ciclo de vida de projetos de Ciência de Dados. O modelo é composto por seis fases: 1. entendimento do negócio; 2. ____; 3. ____; 4. Modelagem; 5. ____; e 6. implantação”.

Assinale a opção cujos itens completam corretamente as lacunas do fragmento acima, na ordem apresentada.

- (A) modelagem do negócio – limpeza de dados – testagem.
- (B) modelagem de requisitos – raspagem de dados – execução.
- (C) modelagem do negócio – mineração de dados – reexecução.
- (D) compreensão dos dados – preparação dos dados – avaliação.
- (E) mapeamento de metadados – mineração de dados – testagem.

40

O tipo de aprendizado máquina, que consiste em treinar um sistema a partir de dados que não estão rotulados e/ou classificados e utilizar algoritmos que buscam descobrir padrões ocultos que agrupam as informações de acordo com semelhanças ou diferenças, é denominado

- (A) dinâmico.
- (B) sistêmico.
- (C) por reforço.
- (D) supervisionado.
- (E) não supervisionado.

Direito Tributário

41

Em relação ao ICMS, os Estados e o Distrito Federal podem celebrar convênio sobre remissão de créditos tributários decorrentes das isenções, dos incentivos e dos benefícios fiscais ou financeiro-fiscais instituídos em desacordo com a Lei Complementar exigida pela Constituição Federal de 1988.

Sobre o tema, assinale a afirmativa correta.

- (A) Só podem tratar de créditos tributários devidamente constituídos.
- (B) Necessitam ter a participação de metade das unidades federadas.
- (C) Tem que ser aprovados pelo CONFAZ no prazo de 120 dias.
- (D) Necessitam da participação de 1/3 das unidades federadas de cada uma das 5 regiões do país (SE, NE, N, S e CO).
- (E) Não precisam ser publicados em seus Diários Oficiais.

42

O Imposto sobre a Renda é um tributo de arrecadação essencial para o Fisco, tanto pelo montante arrecadado como pela fiscalização decorrente dele.

O produto da arrecadação do Imposto sobre a Renda será

- (A) repartido pela União com os Estados e Distrito Federal no percentual de 22% (vinte e dois por cento).
- (B) repartido pela União no percentual de 25,5% (vinte e cinco inteiros e cinco décimos por cento) com o Fundo de Participação dos Municípios.
- (C) repartido pela União no percentual de 50% (cinquenta por cento) apenas com os Estados, o Distrito Federal e os municípios por meio de seus Fundos de Participação.
- (D) repartido pela União com os Municípios no percentual de 50% (cinquenta por cento).
- (E) Exclusivamente da União.

43

A sociedade empresária Beta alterou sua sede para uma cidade extremamente distante a qual só é possível chegar de barco e gastando mais de um dia de viagem, mas deixou filiais na Capital do Estado. A sociedade empresária impugnou autuações recebidas nas filiais em que ocorreram os fatos que deram origem à obrigação, por não ser o seu domicílio tributário.

Sobre a posição da sociedade empresária Beta, assinale a afirmativa correta.

- (A) Assiste razão à sociedade empresária, pois a Receita Estadual não pode discriminar a sede da empresa.
- (B) A Receita Estadual só pode mandar as autuações para outros endereços, após 3 tentativas de encontrar os responsáveis pela sociedade empresária.
- (C) A Receita Estadual está errada, não podendo atribuir à sociedade empresária, sua falta de estrutura.
- (D) Não assiste razão à sociedade empresária, pois a Receita Estadual pode, ao seu arbítrio, escolher qual o domicílio tributário da sociedade empresária.
- (E) Não assiste razão à sociedade empresária, pois a autoridade administrativa pode recusar o domicílio eleito, quando impossibilite ou dificulte a arrecadação ou a fiscalização do tributo.

44

A pessoa jurídica Espectro, em processo de falência, foi alienada judicialmente para a sociedade empresária Ômega, que manteve o mesmo nome e as mesmas lojas daquela.

Em relação aos tributos devidos, a empresa Ômega

- (A) responderá integralmente, por ter adquirido o fundo de comércio e os estabelecimentos.
- (B) Responderá subsidiariamente com o alienante.
- (C) Só responderá se o alienante não continuar no mesmo ramo de comércio.
- (D) Não responderá, por ter havido alienação judicial em processo de falência.
- (E) Não responderá, mesmo que um de seus sócios seja sócio da sociedade empresária Espectro.

45

Um importante tributo da competência dos Estados é o Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores (IPVA).

Sobre o IPVA, assinale a afirmativa correta.

- (A) A alíquota mínima será fixada pelo Senado Federal.
- (B) A alíquota máxima será fixada pelo Senado Federal e a mínima por cada Estado.
- (C) Não pode ter alíquota diferenciada, em razão do tipo e da utilização.
- (D) A diferença entre alíquota mínima e máxima não pode exceder 100% (cem por cento).
- (E) As alíquotas máximas e mínimas serão fixadas pelo próprio Estado.

46

O Imposto sobre a Renda das Pessoas Jurídicas – IRPJ, e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL, são tributos muito semelhantes, inclusive sendo tratados na mesma lei (Lei nº 9430/1996).

Assinale a opção que apresenta uma diferença entre eles.

- (A) O IRPJ pode ser sobre o lucro real e o lucro presumido, já a CSLL só sobre o lucro real.
- (B) A destinação da CSLL é para a Seguridade Social, enquanto a do IRPJ pode ser utilizada para qualquer despesa do Fisco, após a repartição com Estados e Municípios.
- (C) A arrecadação do IRPJ é toda da União e a da CSLL é dividida com os Estados e os Municípios para estruturar a seguridade dos servidores destes entes.
- (D) A arrecadação do IRPJ é repartida entre os Estados e os Municípios e, a da CSLL, só com os Estados.
- (E) As sociedades empresárias que pagam um tributo não precisam pagar o outro, para evitar *bis in idem*.

47

Sobre a contribuição do trabalhador e dos demais segurados da Previdência Social, prevista no Artigo 195, inciso II, da Constituição Federal de 1988, assinale a afirmativa correta.

- (A) A contribuição previdenciária custeia unicamente a Previdência Social.
- (B) A contribuição previdenciária custeia apenas a Previdência e a Assistência Social.
- (C) A contribuição previdenciária é cobrada sobre aposentadorias e pensões.
- (D) A contribuição previdenciária custeia a Seguridade Social, que engloba Saúde, Previdência Social e Assistência Social.
- (E) A contribuição previdenciária, ao contrário da que é paga pelos servidores públicos, não tem alíquotas progressivas.

48

Determinado município aprovou uma lei para passar a cobrar um tributo dos moradores dos bairros próximos às novas estações de metrô, para custear as obras e considerando a valorização dos imóveis neles situados.

Assinale a opção que o indica.

- (A) Contribuição Social.
- (B) CIDE – Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico.
- (C) Imposto sobre Grandes Fortunas.
- (D) Empréstimo Compulsório.
- (E) Contribuição de Melhoria.

49

Aluísio Soares importou uma guitarra do exterior para sua coleção e se revoltou ao ter que pagar o ICMS. Ele alega que o instrumento não tem fins comerciais porque ele não toca em público e não auferir nenhuma renda com este *hobby*.

Avalie se Aloísio terá direito a não pagar o tributo e assinale a afirmativa correta.

- (A) O imposto não pode ser cobrado, uma vez provada a falta de intuito comercial da mercadoria importada.
- (B) O imposto pode ser cobrado, porque a Receita Estadual não tem certeza de que ele nunca usará para fins comerciais.
- (C) O imposto não pode ser cobrado, já que não auferir renda ou presta serviços com tal instrumento.
- (D) O imposto pode ser cobrado, pois é contribuinte mesmo sem habitualidade ou intuito comercial, quem importa bens do exterior.
- (E) O imposto não pode ser cobrado, desde que ele se comprometa a permanecer com o instrumento por cinco anos.

50

Na ausência de disposição expressa, a autoridade competente, para aplicar a legislação tributária utilizará, segundo a ordem indicada, sucessivamente,

- (A) analogia, equidade, princípios gerais de Direito Público e princípios gerais de Direito Tributário.
- (B) princípios gerais de Direito Tributário, analogia, princípios gerais de Direito Público e equidade.
- (C) analogia, princípios gerais de Direito Público, princípios gerais de Direito Tributário e equidade.
- (D) equidade, analogia, princípios gerais de Direito Tributário e princípios gerais de Direito Público.
- (E) analogia, princípios gerais de Direito Tributário, princípios gerais de Direito Público e equidade.

51

José Sena procura a Receita Estadual após um inventário realizado no Amazonas, para sanar dúvidas sobre o pagamento do Imposto de Transmissão *Causa Mortis* e Doação.

Sobre tal tributo, é correto afirmar que

- (A) relativamente a bens imóveis e respectivos direitos, compete ao Estado da situação do bem ou ao Distrito Federal.
- (B) relativamente a bens móveis, títulos e créditos, compete ao Estado da situação do bem.
- (C) relativamente a bens imóveis e respectivos direitos, compete ao Estado do domicílio do doador.
- (D) relativamente a bens imóveis e respectivos direitos, compete ao Estado em que se processar o inventário ou arrolamento ou tiver domicílio o doador, ou ao Distrito Federal.
- (E) terá competência para sua instituição regulada por lei ordinária se o doador tiver domicílio ou residência no exterior.

52

O ICMS é uma grande fonte de receita dos Estados da Federação, sendo normal que estes busquem sempre mais arrecadação para custear os serviços oferecidos à população.

Sobre o ICMS, é correto afirmar que ele **não** incide sobre

- (A) as operações interestaduais relativas à energia elétrica e ao petróleo, inclusive lubrificantes e combustíveis líquidos e gasosos dele derivados, quando destinados à industrialização ou à comercialização.
- (B) as operações interestaduais relativas à energia elétrica e ao petróleo, inclusive lubrificantes e combustíveis líquidos e gasosos dele derivados, destinados a qualquer fim.
- (C) o fornecimento de mercadorias com prestação de serviços não compreendidos na competência tributária dos Municípios.
- (D) as operações relativas à circulação de mercadorias, inclusive o fornecimento de alimentação e bebidas em bares, restaurantes e estabelecimentos similares.
- (E) a entrada de mercadoria ou bens importados do exterior, por pessoa física ou jurídica, ainda que não seja contribuinte habitual do imposto, qualquer que seja a sua finalidade.

53

Determinado Estado da Federação passou a cobrar IPVA dos donos de bicicletas elétricas por uma decisão administrativa, sob o argumento de que são devedoras do tributo por analogia às motocicletas.

Sobre esta cobrança, assinale a afirmativa correta.

- (A) Sim, pois a fiscalização é a mesma que a das motocicletas.
- (B) Não, pois seria necessário decreto que estabelecesse tal cobrança.
- (C) Sim, pois a analogia pode ser utilizada na falta de disposição expressa.
- (D) Não, pois o emprego da analogia não poderá resultar na exigência de tributo não previsto em lei.
- (E) Não, por se tratar de equidade e não de analogia.

54

Os servidores públicos aposentados com a EC 41/03, passaram a pagar, como contribuição previdenciária sobre seus proventos de aposentadoria, valores que excedem o teto do Regime Geral da Previdência Social – RGPS.

Aqueles que já eram aposentados antes da EC 41/03, estão obrigados a pagar tal contribuição?

- (A) Sim, pois não havia hipótese de incidência de contribuição previdenciária, que passou a existir com a referida EC 41/03.
- (B) Não, pois violaria o direito adquirido.
- (C) Não, pelo caráter alimentar da aposentadoria.
- (D) Sim, pelo princípio da igualdade com os aposentados da Previdência Social.
- (E) Só no ano seguinte à EC 41/03, por se tratar de isenção tributária.

Legislação Específica do Estado do Amazonas

55

Eduardo Pereira, adquiriu um veículo e fez o licenciamento numa unidade da Federação diferente de Amazonas, embora sempre tenha residido em Manaus. Agora tomou conhecimento que as alíquotas do IPVA daquele Estado são mais altas do que as do Amazonas.

Assinale a opção que indica, corretamente, onde deve recolher tal tributo.

- (A) Ele pode escolher o Estado da Federação onde recolher.
- (B) No Estado onde fez o licenciamento.
- (C) No Estado do Amazonas, por ser o local de sua residência.
- (D) Durante 5 anos tem que recolher no Estado do licenciamento e, depois, pode fazer a transferência.
- (E) Está isento de IPVA.

56

Os benefícios fiscais no Amazonas somente são concedidos aos produtos resultantes de atividades consideradas de fundamental interesse para o desenvolvimento do Estado e quando atender a determinadas condições, sendo **imprescindível** que

- (A) contribuam para o incremento do volume de produção industrial, agroindustrial e florestal do Estado e promovam investimento em pesquisa e desenvolvimento de tecnologia de processo e/ou produto.
- (B) promovam a interiorização de desenvolvimento econômico e social do Estado e contribuam para o aumento da exportação para os mercados nacional e internacional.
- (C) possuam capital social compatível com o seu volume de produção, faturamento bruto e ativo imobilizado constantes do projeto técnico-econômico.
- (D) contribuam para substituir importações nacionais e/ou estrangeiras e gerem empregos diretos e/ou indiretos no Estado.
- (E) promovam atividades ligadas à indústria do turismo e estimule a atividade de reciclagem de material e ou resíduo sólido a ser utilizado como matéria prima na atividade industrial.

57

Sobre o ICMS no Estado do Amazonas, é correto afirmar que **não** há fato gerador do tributo

- (A) na transmissão a terceiro de mercadoria depositada em armazém geral ou em depósito fechado, localizados no Estado.
- (B) nas operações com ouro, quando definido em lei como ativo financeiro ou instrumento cambial.
- (C) no ato final do transporte iniciado no exterior.
- (D) na transmissão de propriedade ou de título que a represente, quando a mercadoria não tiver transitado pelo estabelecimento transmitente.
- (E) no fornecimento de alimentação, bebidas e outras mercadorias por qualquer estabelecimento.

58

A Zona Franca de Manaus é uma área de livre comércio de importação e exportação e de incentivos fiscais especiais, estabelecida com a finalidade de criar no interior da Amazônia um centro industrial, comercial e agropecuário dotado de condições econômicas que permitam seu desenvolvimento.

Assinale a opção que indica os produtos que estão isentos, quando provenientes do exterior.

- (A) Automóveis de passageiros.
- (B) De perfumaria.
- (C) De pesca.
- (D) Bebidas alcólicas.
- (E) Armas e munição.

59

O Estado do Amazonas tem incentivos fiscais e incentivos extrafiscais para as sociedades empresárias que cumprirem as condições propostas nas normas correspondentes.

A sociedade empresária XYZ deseja incentivo extrafiscal e um destes é

- (A) o diferimento.
- (B) o crédito estímulo.
- (C) a isenção.
- (D) a concessão de financiamentos diferenciados.
- (E) o crédito fiscal presumido de regionalização e a redução de base de cálculo do ICMS.

60

O Estado do Amazonas limita a concessão de benefícios fiscais a algumas atividades.

Assinale a opção que apresenta a atividade que poderá ter direito aos benefícios fiscais.

- (A) Fabricação de bebidas alcoólicas industrializadas no interior do Estado, em zonas definidas como prioritárias pelo Poder Executivo, desde que utilizem insumos produzidos no Estado.
- (B) Fabricação de fumo e seus derivados.
- (C) Fabricação de bens que, devido ao seu processo produtivo, causem, de forma mediata ou imediata, impactos nocivos ao meio ambiente.
- (D) Produção, geração e distribuição de energia elétrica.
- (E) Beneficiamento de sal.

61

O governo federal resolve criar uma universidade federal no Amazonas, e o faz, tornando-a uma autarquia.

Em relação ao IPVA, assinale a opção que indica a situação tributária dos veículos utilizados nas atividades essenciais desta universidade.

- (A) Pagam normalmente o IPVA.
- (B) Têm isenção de IPVA.
- (C) Se os veículos tiverem mais de 5 anos, estarão isentos.
- (D) Pagam, mas com um desconto de 50% (cinquenta por cento).
- (E) Não há incidência de IPVA.

62

A empresa Alpha requereu na Receita Estadual a restituição de ICMS referente aos últimos 5 anos, valores que entende terem sido recolhidos além dos devidos, e este requerimento foi indeferido na seara administrativa.

Assinale a opção que indica o prazo para a ação judicial que visa anular este indeferimento.

- (A) O prazo decadencial é de 5 anos, a partir do indeferimento administrativo.
- (B) O prazo é prescricional de 3 anos, admitindo uma interrupção.
- (C) O prazo é decadencial de 3 anos, não admitindo interrupção.
- (D) O prazo é prescricional de 5 anos, admitindo uma interrupção.
- (E) O prazo é prescricional e de 2 anos.

63

A sociedade empresária *Forget All* tem débito de ICMS apurado, resultante de operação não escriturada em livros fiscais. Por esse motivo, é multada pela Receita Estadual.

Assinale a opção que apresenta o percentual dessa multa sobre o valor do imposto devido.

- (A) 50% (cinquenta por cento).
- (B) 75% (setenta e cinco por cento).
- (C) 100% (cem por cento).
- (D) 150% (cento e cinquenta por cento).
- (E) 200% (duzentos por cento).

64

Antônio Loureiro resolve investir parte de seu patrimônio na compra de 4 (quatro) taxis e obteve o licenciamento de todos. Sobre a possibilidade de Antônio Loureiro ter isenção de IPVA, assinale a afirmativa correta.

- (A) Terá isenção apenas em relação a um dos veículos licenciados.
- (B) Terá isenção em relação aos 4 taxis.
- (C) Não terá isenção, pois claramente cobrará diárias de pelo menos três taxis.
- (D) Não terá isenção, pois taxi não tem isenção de IPVA.
- (E) Terá isenção apenas em relação a dois taxis.

65

Determinada sociedade empresária resolve passar a produzir bens na Zona Franca de Manaus, que serão destinados a comercialização no território nacional e busca informações sobre as isenções a que terá direito.

Assinale a opção que indica as isenções a que terá direito.

- (A) do IPI.
- (B) do IPI e do ICMS.
- (C) do IPI e do Imposto de Importação integral.
- (D) do Imposto de Exportação.
- (E) do Imposto de Importação e do ICMS.

66

Mario Silveira requer a restituição de valores pagos acima do que era devido a título de ITBI à Receita Estadual, que defere seu pedido, porém, de ofício, desconta dos valores os 4 (quatro) anos que ele está devendo de IPVA do seu veículo.

Sobre tal conduta, assinale a afirmativa correta.

- (A) Só é possível mediante acordo judicial.
- (B) Não é possível, sendo necessária a propositura de Execução Fiscal para a cobrança.
- (C) É possível, desde que o devedor tenha respondido administrativamente à cobrança do IPVA.
- (D) Não é possível, por não ser o mesmo tributo.
- (E) Sim, é possível tal compensação de ofício pela Receita Estadual.

67

A sociedade empresária Gama comparece à Receita Estadual discordando de que o cálculo do ICMS devido tenha sido feito por estimativa, alegando que o fundamento de ter recolhido valores menores que a média do setor em que atua, a título do referido tributo, não pode justificar tamanha violação.

Sobre a legalidade da atitude do Fisco Estadual, assinale a afirmativa correta.

- (A) É ilegal, pois cabe à Receita fiscalizar qualquer omissão de recolhimento do ICMS e não presumir.
- (B) Não é ilegal, é possível esta estimativa por parte da Receita Estadual, sendo uma das hipóteses de desempenho de recolhimento do ICMS inferior à média do setor, só podendo ser discutido judicialmente tal postura.
- (C) É ilegal, pela vedação do confisco.
- (D) É ilegal, por não ser possível ICMS por estimativa.
- (E) Não é ilegal, mas o contribuinte pode impugnar seu enquadramento, inclusive com a obtenção de efeito suspensivo.

68

A indústria XYZ adquire uma máquina para seu processo produtivo, não recolhendo o ICMS por esta aquisição para seu ativo permanente imobilizado. Três anos depois compra uma máquina mais moderna e vende aquela.

Sobre o recolhimento do ICMS sobre a primeira máquina adquirida, assinale a afirmativa correta.

- (A) Sim, na proporção de 40% (quarenta por cento), por faltarem 2 anos para a manutenção do bem no estabelecimento.
- (B) Não, por se tratar de máquinas essenciais para seu processo produtivo.
- (C) Não, só tendo que recolher o ICMS integral da nova máquina.
- (D) Sim, terá que recolher o ICMS integral da primeira máquina adquirida.
- (E) Não, por já ter cumprido o prazo mínimo de três anos da máquina no seu estabelecimento.

69

Assinale a opção que apresenta princípios específicos que devem ser observados para a concessão de benefícios fiscais.

- (A) Reciprocidade, transitoriedade e regressividade.
- (B) Proporcionalidade, gradualidade e isonomia.
- (C) Eficiência, igualdade e estabilidade.
- (D) Vedação do confisco e eficiência.
- (E) Vedação do retrocesso, gradualidade e reciprocidade.

70

Um hospital particular em Manaus foi autuado pela Receita Estadual pela falta de recolhimento do IPVA de suas ambulâncias, sob a alegação de que tem tido prejuízo nos últimos anos.

Sobre a razão apresentada pelo hospital, assinale a afirmativa correta.

- (A) Assiste razão ao hospital, porque se tem tido prejuízo não pode ser obrigado a pagar o IPVA.
- (B) Não assiste razão ao hospital, pois só as ambulâncias de entidades sem fins lucrativos têm isenção de IPVA.
- (C) Assiste razão ao hospital, pois todas as ambulâncias têm isenção de IPVA.
- (D) Assiste razão ao hospital, por isonomia aos hospitais públicos.
- (E) Não assiste razão ao hospital, pois não há isenção de IPVA para nenhuma ambulância.

Realização

